



# Feudos em construção

Empreendimento muito procurado pelos que almejam fugir da violência dos grandes centros, os condomínios fechados se tornaram um jeito de morar que pode mudar a cara das metrópoles contemporâneas, levando ao que alguns especialistas chamam de "guetificação". Vilões desse processo, seus muros provocam, além da perda da permeabilidade visual, a fragmentação urbana. O historiador da UFMG Carlos Antônio Leite Brandão considera os um fator de fratura da coesão social, pois eles transformam a cidade em uma "não cidade" dividida em feudos. "É um dos muitos aspectos da medievalização – ainda que high-tech – em que cremos estar entrando, tal como ocorreu ao final da Roma Antiga", afirma. Álvaro Heidrich, pesquisador do Laboratório do Espaço Social da UFRGS, acredita que o condomínio tende a criar a sensação de que é possível alcançar a utopia social.

*Página Central*

## COMUNIDADE

### Comemorando a extensão

Muito se trabalha para que projetos de várias áreas façam a UFRGS alcançar diferentes lugares e pessoas. Há uma década, um período do ano é reservado para que o resultado desse esforço seja discutido e compartilhado. O 10.º Salão de Extensão foi, neste ano, merecidamente festivo, com atividades como a oficina de Construção de Brinquedos, realizada na Faculdade de Educação, mas seu objetivo manteve-se o mesmo: estabelecer novas relações com a sociedade e consolidar as já existentes. **P12**



## MÚSICA

### Indústria fonográfica na corda bamba

Basta ter acesso à internet e saber procurar: com isso, qualquer arquivo de áudio fica à distância de um par de cliques, e pagar por música se torna coisa de um passado inconveniente. Quem não tem computador (ou paciência) simplesmente recorre aos piratas. Enquanto a pirataria se fortalece, os CDs e DVDs comercializados nas lojas vendem cada vez menos. Cresce o número de defensores da arte livre e compartilhada. Entretanto, os inimigos das grandes gravadoras e do *copyright* ainda não sabem como lidar com uma questão: em um mundo no qual as obras intelectuais transitam gratuitamente, como o criador musical será remunerado? **P5**

## HOMENAGEM

### Vida dedicada ao Salão de Iniciação Científica

Envolvida com a organização da área de pesquisa da UFRGS desde 1979, Marininha Aranha Rocha deixou sua marca no campo das políticas de incentivo à participação discente. Aposentada desde maio, ela ainda integra a Comissão do Salão de Iniciação Científica, evento que ajudou a fortalecer ao longo dos anos, cuja edição 2009 ocorre neste mês. Para a ex-servidora, a troca de experiências proporcionada pelo trabalho integrado de professores e alunos permite quebrar barreiras de idade e hierarquia e se constitui na principal força da pesquisa realizada pela Universidade. Na opinião de Marininha: "O aluno está somando sempre". **P6**



## NOVOS CURSOS

### Demandas sociais ganham espaço na Universidade

A segunda reportagem da série que trata dos novos cursos da UFRGS apresenta Políticas Públicas e Serviço Social, duas graduações que serão oferecidas a partir do próximo ano letivo. Abrigados respectivamente pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e pelo Instituto de Psicologia, os cursos têm como característica comum os currículos multidisciplinares e as aulas somente no turno da noite. O professor Jorge Sarriera, um dos responsáveis pela criação do curso de Serviço Social, enfatiza a importância das formações em uma área que está em expansão: "A abertura de vagas de trabalho dentro de políticas públicas, que compreende o serviço social, está aumentando. O ideal é que cada vez mais jovens possam ingressar em um curso superior, de preferência em uma universidade pública". **P7**

## INDÚSTRIA EDITORIAL

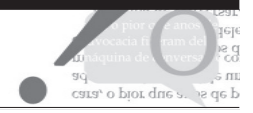
### Historiadores e jornalistas disputam espaço em biografias

Página 13

## COMPORTAMENTO

### Envelhecimento da população gera novos desafios para a sociedade

Página 4



## Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto  
Reitor

# Construindo o novo ambiente institucional

A comunidade acadêmica da UFRGS vem realizando importante esforço para democratizar e ampliar o acesso de jovens e da sociedade gaúcha em geral ao conhecimento e à cultura. A forte expansão dos cursos de graduação presencial e na modalidade a distância, inédita nos 75 anos de existência da instituição, o crescimento da pós-graduação e da pesquisa, o sucesso nas avaliações nacionais e internacionais, os projetos de desenvolvimento social e cultural, e o incentivo à mobilidade estudantil e ao desenvolvimento tecnológico têm marcado estes primeiros 12 meses de gestão.

Tal crescimento acadêmico está sendo realizado em conjunto com a melhoria e a qualificação do ambiente institucional, em ações que exigem uma maior visibilidade pela sua importância estrutural. Na área da assistência estudantil, foram ampliados os programas de benefícios, com novos auxílios (p. ex., o auxílio-transporte) e bolsas, apoiados no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A Casa do Estudante da Faculdade de Agronomia e Veterinária foi totalmente reformada, o Restaurante Universitário da ESEF

foi inaugurado, e a reorganização do Restaurante do Câmpus do Vale trouxe 38% de aumento a sua capacidade.

Outra área fundamental do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) é a da renovação e expansão do quadro funcional. Até setembro, foram contratados 144 docentes e 60 técnicos-administrativos; a Universidade aguarda autorização para 100 novos contratos e para a abertura de concursos. Foram realizados 79 cursos de capacitação, beneficiando 2.300 servidores – 220 destes já tiveram progressão por capacitação e 160 passaram a receber o incentivo por qualificação.

Grande avanço vem ocorrendo na área de infraestrutura física. Tendo organizado nova forma de relacionamento com as instâncias municipais de licenciamentos para novas obras, a Universidade já teve aprovados quatro Estudos de Viabilidade Urbana (EVUs), três prédios junto à Secretaria Municipal de Obras e Viação, e quatro licenças concedidas pela Secretaria de Meio Ambiente. Seis projetos encontram-se em tramitação. Enquanto isso, 28 obras/reformas

foram concluídas, entre elas: o Restaurante Universitário do Centro, o Instituto de Artes, salas na Escola de Engenharia e na Faculdade de Veterinária, o Terminal de Ônibus no Bloco IV, o Núcleo de Educação a Distância no Câmpus do Vale. Há 14 obras de manutenção em andamento e 38 obras e reformas encaminhadas para licitação e/ou contratação. No início de outubro, a Universidade entregou à comunidade acadêmica e à cidade a reforma do Prédio Central da Agronomia, o mais longo e caro dos projetos de restauração do patrimônio histórico até o momento.

Outra realização de vulto foi a inauguração do Sistema de Monitoramento do Câmpus do Vale. São 39 câmeras – nove móveis e 30 fixas –, ligadas a servidores e a uma central de monitores que permite “enxergar” praticamente todo o câmpus, e assim melhorar significativamente a segurança e o bem-estar da comunidade. No conjunto, as ações aqui descritas contribuem para a melhoria do ambiente institucional, condição essencial para que a UFRGS continue seu processo de desenvolvimento acadêmico cada vez mais qualificado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900  
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor  
Carlos Alexandre Netto  
Vice-reitor  
Rui Vicente Oppermann  
Chefe de Gabinete  
João Roberto Braga de Mello  
Secretário de Comunicação Social  
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE  
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial  
Cassiano Kuchembeckler Rosing, Cesar Zen Vasconcelos, Dalro José Nunes, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera

Editora-chefe  
Ania Chala  
Repórteres  
Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira  
Projeto gráfico  
Juliano Bruni Pereira  
Diagramação  
Aluisio Pinheiro  
Fotografia  
Cadinho Andrade e Flávio Dutra  
Revisão  
Antônio Falcetta  
Bolsistas  
Ariel Fagundes, Demétrio Pereira, Diego Mandarino, Jaqueline Crestani e Luciana Costa  
Circulação  
Márcia Fumagalli  
Fotótipos e Impressão  
Gráfica da UFRGS  
Tiragem 12 mil exemplares

## Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

### Novo Enem

Gostaria que o Jornal da Universidade fizesse uma reportagem avaliando o novo Enem e sua repercussão no sistema de ingresso das universidades públicas. Será que uma prova centralizada dará conta das diferenças culturais de nosso país? É verdade que a história da literatura foi desprezada pelo pessoal que elabora as provas? Por que a UFRGS decidiu usar a o resultado da avaliação como uma décima nota no vestibular?

Cristina Gomes Silveira, estudante do Ensino Médio

### Arborização no Câmpus Centro

Escrevo para manifestar minha preocupação com o estado lamentável dos jacarandás que contornam os dois quarteirões do Câmpus Centro da UFRGS. Quem anda pelas calçadas pode verificar que algumas árvores, vítimas de sucessivas podas para dar passagem à fiação elétrica, oferecem risco aos pedestres. A Prefeitura Universitária não poderia providenciar o plantio de novas mudas?

Sérgio de Carvalho Filho, ex-aluno

### Travessia de pedestres no Câmpus do Vale

Como usuário dos ônibus que atendem ao Câmpus da Agronomia, quero reclamar da ausência de um ponto de parada que ofereça segurança aos passageiros que desembarcam em frente ao portão de acesso principal. Não há sequer uma parada coberta e muito menos sinalização adequada que alerte os motoristas quanto à travessia de pedestres. Não caberia à Universidade tomar providências?

José Antônio F. Silva, estudante de Ciências Sociais

## Artigo

# Ainda a modernização conservadora

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 recentemente divulgados surpreendem mais pelas permanências do que pelas transformações, bem como pela dilatação das heterogeneidades.

O Brasil potência agrícola já era de conhecimento das ruas, mas a remanescência de facetas arcaicas, fruto de nosso multissecular processo de ocupação do campo, ainda choca por sua intensidade. Contrariamente a todo o esforço para realizar a reforma agrária, a concentração da propriedade das terras teve ligeiro aumento, mesmo no RS. No país, 0,9% dos estabelecimentos, os maiores, detêm 43% da área total, enquanto aos 47% menores restam 2,7% da área.

Também ficamos sabendo que 39,1% dos produtores não sabem ler ou escrever, 42,4% têm o ensino fundamental incompleto e apenas 22% recebem alguma forma de assistência técnica; esses fatores, no entanto, não têm impedido o sucesso do denominado agronegócio. A expansão da cultura da soja

e da bovinocultura em direção ao norte e centro-oeste tem sido um forte causador desse desempenho.

Pela primeira vez o Censo destaca a categoria dos agricultores familiares (AF) tal como caracterizados na lei de 2006. Estes representam 84,4% dos aproximadamente 5,2 milhões de estabelecimentos nacionais. Apesar de possuírem apenas 24,3% da área, são responsáveis por grande parte da segurança alimentar do país. Produzem 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja e 58% do leite. Possuíam 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos. A produção da AF representou 38% do valor bruto da produção nacional, ocupando 74,4% do pessoal ativo na agropecuária.

No embate político entre os produtores empresariais e a agricultura familiar, reforçam-se os argumentos a favor desta última quanto à relevância de seu papel na geração de emprego e renda, e não como um

depositário de pobreza, como querem seus detratores.

O Censo também evidenciou diferentes “padrões de ocupação” do território, representados por duas tendências maiores, quais sejam: a expansão rumo ao centro-oeste, norte e nordeste, e a intensificação das regiões consolidadas do sul e sudeste. Entre as regiões, e também no interior delas, encontram-se dinâmicas socioeconômicas integradas a complexos sistemas agroindustriais e a cadeias produtivas articuladas à produção de commodities para o mercado mundial, e sistemas agrícolas rudimentares, muitas vezes com discreta inserção no comércio local. Há os herdeiros do sistema colonial no sul, os gigantescos empreendimentos no centro-oeste, os ribeirinhos da Amazônia, a fruticultura irrigada e as grandes propriedades produtoras de cana no nordeste, a pecuária extensiva avançando rumo ao norte, dentre tantos tipos de produção agrícola possíveis.

A crescente heterogeneidade do Agro brasileiro, sob qualquer ponto de vista,

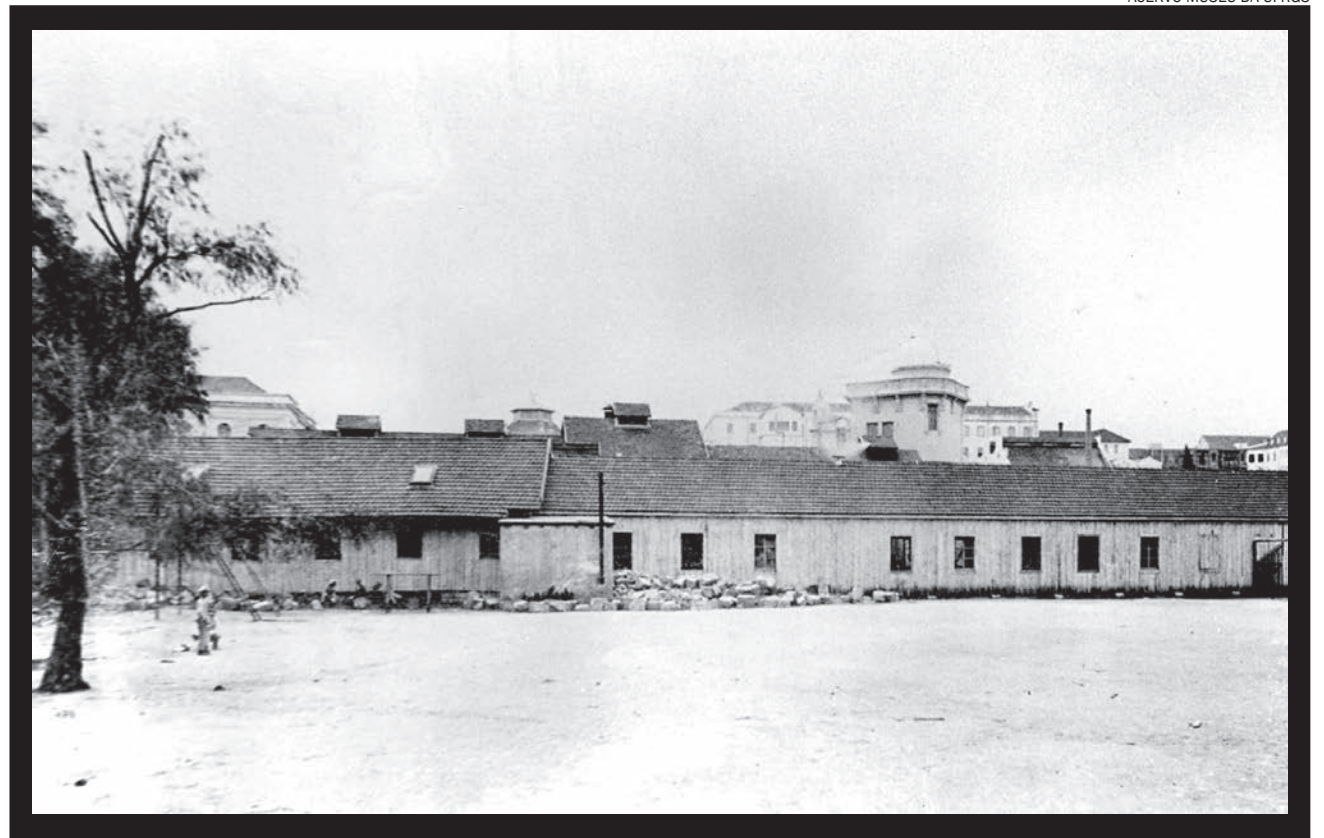
parece dar razão ao desenho institucional governamental que temos com a existência, que tanto espanta alguns, de dois ministérios: o da Agricultura e o do Desenvolvimento Agrário. Os níveis de carência são tão diferenciados que as necessidades e intensidades das intervenções mostram-se impossíveis de serem tratadas por uma institucionalidade antiga que homogeneizava tudo pelas políticas por produto agrícola.

A expressão criada por Graziano da Silva expressa no título, apesar de originalmente pretender designar um período histórico brasileiro, parece ainda pertinente para as condições atuais. Ao mesmo tempo em que temos uma das agriculturas tecnologicamente mais modernas do planeta, convivemos com realidades produtivas e sociais vergonhosas, anacrônicas, resquícios de nosso passado ainda presente.

**Carlos Mielitz**

Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS

## Memória da UFRGS



Início do século XX

Vista do antigo Departamento Comercial, Industrial e Financeiro da Escola de Engenharia, da marcenaria, da casa das máquinas e do depósito, no primeiro quarteirão do Câmpus Centro. Ao fundo, vê-se a cúpula do Observatório

ACERVO MUSEU DA UFRGS

## Patrimônio histórico Faculdade de Agronomia é entregue à comunidade



BEATRIZ FERRO/ESPECIAL/UJ

Fachada dos fundos do prédio recebeu grandes painéis de vidro e torre para elevador

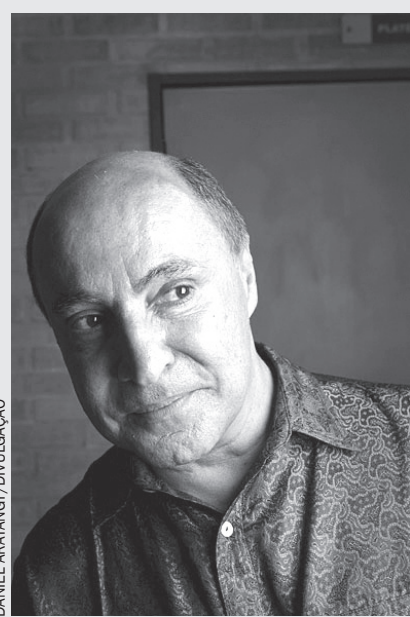
A Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH) da UFRGS entregou no dia 14 deste mês o prédio restaurado da Faculdade de Agronomia. Conforme o secretário do Patrimônio Histórico, professor André Luis Martinewski, a obra consumiu seis anos de trabalho, divididos em três etapas: “A primeira, teve início em 2003 e envolveu a recuperação do telhado, com a troca de toda a madeira que sustentava o vão central e as alas laterais. A segunda etapa, realizada em 2006-2007, foi a construção da torre para abrigar o elevador, uma intervenção que não fazia parte da estrutura original e que se mostrou necessária para resolver os problemas de circulação vertical e de acessibilidade universal, uma vez que as escadas ficavam em diferentes pontos do prédio, dificultando o deslocamento do térreo até o terceiro piso. Por fim, a terceira etapa compreendeu o período de 2007 até agora, na qual se fez a recuperação do edifício em si, com a adequação das redes elétrica e hidrossanitária”.

A maior parte das verbas veio de emendas parlamentares da bancada gaúcha, que responderam por cerca de 30% do volume total dos recursos. A empresa AGCO contribuiu com quase 20% do

valor da obra, seguida pelo Grupo John Deere e pela Adubos Trevo S.A., cada uma tendo colaborado com 8%.

O secretário ressalta que a maior dificuldade no processo de recuperação foi fazer a captação de recursos. Além disso, embora o prédio estivesse parcialmente interditado, o fato de ainda haver atividades acadêmicas tornou o trabalho mais demorado. “A biblioteca, por exemplo, não pôde ser fechada e precisou ser deslocada de um ponto a outro a fim de permitir a continuidade das obras.”

Martinewski entende que a manutenção é um desafio da SPH. “Repassamos às Unidades uma série de instruções sobre os cuidados com o patrimônio restaurado. Porém, na prática, o que acaba acontecendo é que o prédio entra no sistema normal da Universidade. Por isso, estamos propondo que, a partir de 2010, sejam promovidas atividades de qualificação do pessoal de manutenção e conservação para trabalhar em prédios restaurados.” O professor frisou ainda que a Secretaria está procurando estreitar relações com setores da UFRGS que tenham experiência em recuperação de estruturas, como a Escola de Engenharia e a Faculdade de Arquitetura.



DANIEL ARATANGI/DIVULGAÇÃO

### Arte Dramática Cursos com Ivaldo Bertazzo e Perla Jaritonsky

Dois dos principais nomes na área da expressão corporal, Ivaldo Bertazzo e Perla Jaritonsky, estarão ministrando cursos na UFRGS no mês de novembro. Coreógrafo e pesquisador, Ivaldo criou a escola Reeducação do Movimento, em São Paulo, e irá realizar o curso Corpo – Instrumento de Comunicação, de 19 a 21 de novembro, no turno da tarde. No mesmo período, pela manhã, Perla Jaritonsky, coreógrafa do programa de Educação Corporal e Artística para as escolas de nível inicial da Argentina, fará o curso El Cuerpo habitado - Piés Descalzados, Piés Denuados. Ambas as atividades são promovidas pelo Departamento de Arte Dramática (DAD) do Instituto de Artes da Universidade. As inscrições podem ser feitas junto ao DAD de 26 de outubro a 13 de novembro, no horário das 12h às 17h30min. Informações pelos telefones 3311-9926 e 9252-2725, com a professora Carmem Lenora.

### Especializações

#### Cursos de Direito de Estado e Direito & Economia

O Programa de Pós-graduação em Direito da UFRGS está recebendo inscrições para as especializações em Direito de Estado e Direito e Economia. O primeiro pretende formar profissionais aptos a compreender a relevância do papel do Estado, sua delimitação, organização e fundamentos. O segundo objetiva familiarizar os profissionais do direito e da economia com os princípios e conceitos básicos da análise econômica do direito, bem como com as diversas metodologias existentes. As inscrições para o curso de Direito de Estado podem ser feitas na secretaria do PPGDir (Av. João Pessoa, 80 – 2.º andar). Já os interessados em participar do curso de Direito e Economia devem procurar a secretaria do Departamento de Direito Privado e Processo Civil (Av. João Pessoa, 80 – 1.º andar). Mais informações pelos telefones 3308-3306 e 3308-3322.

### Cidadania

#### Projeto inédito capacita defensores em direitos humanos

No dia 21 deste mês, será lançado no Salão Nobre da Faculdade de Direito, às 14h, o 1.º Projeto Itinerante de Capacitação para Defensoras e Defensores de Direitos Humanos no Rio Grande do Sul. A iniciativa, pioneira no país, irá qualificar membros da sociedade civil para atuarem no combate à discriminação e à violência institucional. Criado pela Liga dos Direitos Humanos da UFRGS, o projeto foi selecionado dentre 700 propostas de todo o Brasil e será realizado em parceria com o Instituto Recriar, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade. Estão previstas aulas abertas, cinedebates e oficinas em Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo, Bagé, Imbé, Torres, Pelotas, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Santa Maria, Ijuí, Uruguaiana, Caxias do Sul e nas ilhas do Delta do Jacuí. Informações pelo telefone 3308-3496 ou pelo email [ligadireitoshumanos@ufrgs.br](mailto:ligadireitoshumanos@ufrgs.br).

### Intercâmbio cultural

#### Embaixada dos EUA seleciona universitários

A embaixada estadunidense escolherá 18 universitários brasileiros para a terceira edição do Programa de Estudos sobre os EUA para Jovens Líderes do Brasil. O programa de imersão cultural de cinco semanas, que inicia em 20 de janeiro de 2010, oferece cursos nas áreas de história e cultura e participação em trabalhos comunitários naquele país. Para participar do intercâmbio, é necessário comprovar fluência em inglês nos exames de proficiência TOEFL ou TEP, estar cursando até o terceiro ano de qualquer curso superior em uma universidade brasileira, além de estar engajado em atividades comunitárias. As inscrições se encerram em 30 de outubro. Os interessados em concorrer no processo de seleção devem preencher o formulário no site [www.usembassyprograms.org.br](http://www.usembassyprograms.org.br).

### Pesquisa

#### Universidade cria Centro Polar e Climático do Brasil

O Conselho Universitário da UFRGS aprovou no início deste mês a expansão do Núcleo de Pesquisas Antárticas e Climáticas (Nupac) para Centro de Pesquisa Polar e Climática (CPC). O órgão irá sediar o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Criosfera, formado por pesquisadores de todo o país e sob a coordenação de Jefferson Cardia Simões, glaciólogo e professor do Instituto de Geociências. Além de ser o primeiro centro de pesquisa polar no Brasil, o CPC passa a ser referência nacional para o estudo das mudanças do clima no mundo. Já estão em andamento projetos de pesquisa sobre a neve nos Andes e parcerias encaminhadas para estudar o gelo do Ártico. O Centro terá um investimento inicial de cinco milhões de reais.



UFRGS TV

### Conhecendo a UFRGS Laboratório de Otimização de Produtos e Processos

É possível a existência de um laboratório que congregue desde médicos até engenheiros, passando por fisioterapeutas e arquitetos? O Laboratório de Otimização de Produtos e Processos (LOPP) mostra que sim. Diversas áreas do conhecimento reúnem-se em nome da “otimização” – prática que visa elevar ao máximo a eficiência de algo. Minimizar custos e maximizar resultados, sempre pensando na segurança e no conforto do trabalhador, são as principais metas do Laboratório, motivando pesquisas e trabalhos com empresas. De acordo com o seu coordenador, José Luis Duarte Ribeiro, “o órgão foi criado em 1994, quando observamos que vários professores trabalhavam temas aparentemente distintos, embora todos focassem o mesmo objetivo, que era a otimização de produtos e processos”.

Entre as características do Laboratório está o caráter essencialmente prático e sua vocação para atender às necessidades reais das empresas e da sociedade. “Temos uma preocupação muito grande com dois aspectos: que aquilo que os estudantes estejam estudando resolva um problema prático, e que, de certa forma, traga retorno à comunidade”, declara Márcia Elisa Echeveste, professora colaboradora do curso de Engenharia de Produção da UFRGS.

O LOPP ainda desenvolve projetos com outras instituições, como a Universidade Internacional da Paz (Unipaz), com a qual tem trabalhado para criar produtos sustentáveis que satisfaçam o consumidor. Para isso, o setor buscou auxílio junto aos alunos da Unipaz, reconhecidamente engajados em campanhas ecológicas, aplicando-lhes um pequeno questionário que procurava identificar as necessidades e os desejos do público.

Além de trabalhar com uma grande diversidade de áreas do conhecimento, o Laboratório congrega integrantes de todos os níveis acadêmicos. O bolsista de graduação Maxime Oberson de Souza destaca o quanto participar do LOPP contribui para a sua formação: “É uma experiência importante poder vivenciar a Engenharia de Produção de uma maneira acadêmica antes do mestrado ou do doutorado, experimentar a pesquisa, trabalhar com mestrandos e doutorandos. Isso já é um acréscimo ao currículo básico do curso de graduação”.

Gabriela Padilha, estudante do 2.º semestre de Jornalismo da Fabico

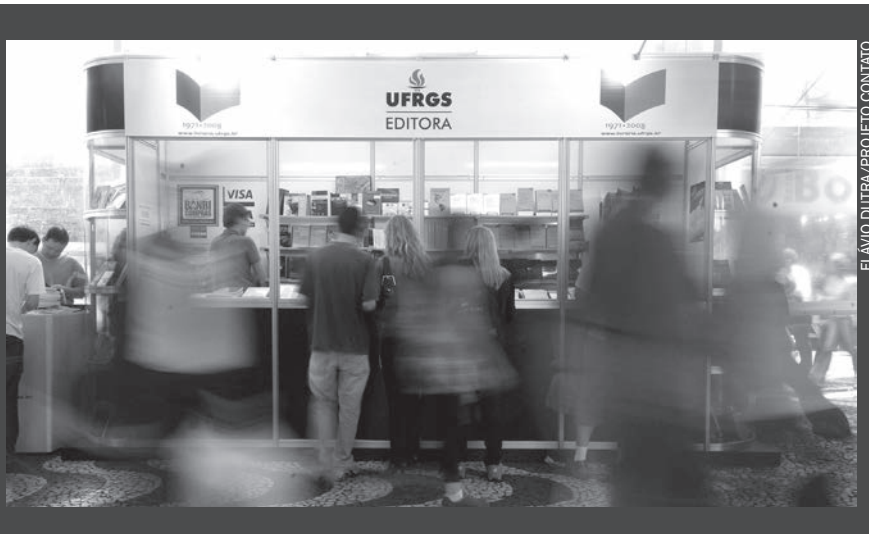
### Assista aos programas

Para entender melhor as atividades do LOPP, assista ao programa Conhecendo a UFRGS, que vai ao ar no dia 27 de outubro de 2009, a partir das 21h30min, na UNIVTV, canal 15 da NET POA.

### Editora da UFRGS

#### 55.ª Feira do Livro de Porto Alegre

A partir do dia 30, a Editora da UFRGS estará participando da 55.ª edição da Feira do Livro de Porto Alegre. O estande, localizado na Rua dos Andradas, próximo ao estúdio da TV Pampa, irá apresentar toda a produção editorial da Editora da Universidade, com destaque para os lançamentos e reedições de 2009. Conforme a técnica Ângela Bitencourt, será mantido o tradicional espaço do balaio, com uma seleção de títulos a preços muito acessíveis. Além do desconto de 20%, haverá abatimento de 50% para obras com mais de cinco anos de publicação e também para os livros da Série Graduação. Em 2008, figuraram entre os títulos mais vendidos: Vestibular da UFRGS: provas comentadas / processo de avaliação; Estudos de tradução; e 1968: Contestação e utopia. O estande poderá ser visitado até 15 de novembro, das 12h30min às 21h.



FLAVIO DUTRA/PROJETO CONTRATO



# Uma análise da nova lei de adoção

Jamil A. H. Bannura \*

O instituto da adoção recebeu inúmeros tratamentos desde a codificação passada. Inicialmente considerada uma forma menor de estabelecer vínculos de filiação, foi equiparada, pela Constituição Federal, à filiação integral, vedadas quaisquer qualificações discriminatórias (artigo 227, parágrafo 6.º da CF/88).

A grande maioria das pessoas adota em razão de anseios próprios, sendo minoritária a adoção apenas para ajudar os desamparados. Em razão disso, não se sustenta a tese de que devemos facilitar o processo de adoção para permitir a diminuição do número de crianças abandonadas, haja vista que os pretendentes, quando realmente interessados, o farão de qualquer maneira, utilizando-se, até mesmo, de mecanismos irregulares, como ocorre no caso da adoção à brasileira, consistente no registro de crianças como se fossem filhas biológicas. O problema é maior ainda se analisarmos as alarmantes notícias que pairavam nos noticiários na década de 80 relacionando a adoção por estrangeiros à venda de crianças.

Na tentativa de regulamentar a adoção, foi promulgada recentemente a Lei n.º 12.010, de 3 de agosto de 2009, que entrará em vigor no início de novembro, alterando o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990), estabelecendo regras para a adoção nacional e internacional assim como preocupações com as políticas sociais.

A exigência de reavaliação, a cada seis meses, de toda criança ou adolescente que estiver inserido no programa de acolhimento familiar garante acompanhamento do Estado em defesa do menor e permite a decisão sobre a reintegração da criança à sua família de origem – que sempre terá preferência em relação à família substituta, evitando o acolhimento institucional, que não deverá ultrapassar o prazo máximo de dois anos. O fortalecimento dos Conselhos Municipais dos

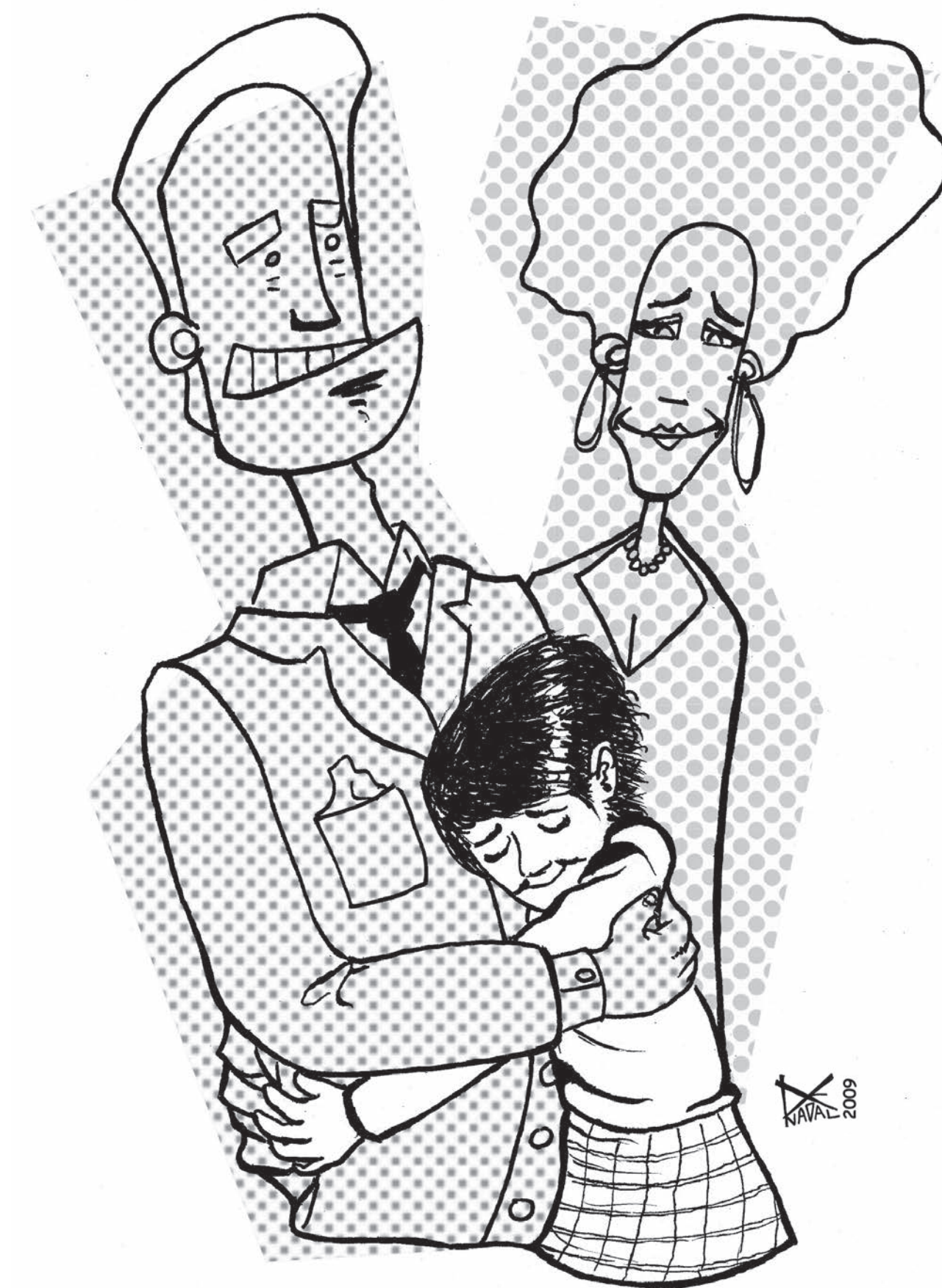
Direitos da Criança e a promessa de incentivos aparentam medidas concretas em defesa dos menores desamparados.

Ratifica-se, na norma sob análise, a importância da vontade do menor que já contar com doze anos de idade, em que pese tenha falhado ao permitir tal manifestação diretamente em audiência, e não por meio de profissionais do serviço social judiciário, resguardando-se, dentro do possível, a manutenção de grupos de irmãos na mesma família. Aos indígenas ou crianças provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, deverá se observar, ainda, a tentativa de manutenção na mesma etnia, evitando-se o rompimento dos laços culturais.

No campo da fiscalização estatal, há de se apontar a ordem de que todas as gestantes ou mães que tenham manifestado interesse em entregar seus filhos para adoção sejam encaminhadas à Justiça da Infância e Juventude, permitindo a adoção legal e evitando a posse do filho por interessados sem as cautelas legais, o que propaga a existência das adoções irregulares e limita as opções do judiciário, na medida em que a retirada da criança daquela família é ainda mais prejudicial do que a aceitação da própria irregularidade que a originou. Obviamente que isso não se aplica quando a origem da posse da criança decorrer de ato ilícito ou má fé, situação que não pode ser convalidada pelo nosso sistema.

O Congresso, entretanto, perdeu oportunidade única de regulamentar as adoções por casais homossexuais, fato que se apresenta como realidade inevitável e que traduz a própria evolução da sociedade pós-moderna, como, aliás, já reconheceu o nosso Tribunal de Justiça em ação examinada em 2006.

No interesse do adotado, determinou-se a manutenção permanente dos registros originários, permitindo-se à criança, quando completar dezoito anos, a busca pela sua verdade bio-



lógica, essencial para a realização integral do ser humano.

A preocupação com a preparação psicossocial e jurídica dos postulantes favorece as adoções conscientes, evitando o arrependimento. A adoção de cadastros municipais, estaduais e federal integrados facilitará a busca pelos interessados. Apenas a adoção pretendida por parentes ou pelos que já detenham a guarda legal de criança maior de três anos e tenham esta-

belecido laços de afetividade ficará fora da fila de espera.

No capítulo que trata da adoção internacional, salta aos olhos a preocupação e o desejo de que não seja utilizada indevidamente, com a imposição de medidas que tratam da segurança na avaliação dos candidatos. Isso se fará pela intervenção do país de residência dos adotantes e habilitação apresentada por organismos internacionais de idoneidade reconhecida e

previamente credenciados no Brasil.

Como se observa em mais uma tentativa de solucionar o problema, há evidente interesse na intervenção estatal para regulamentar e fiscalizar a concretização da adoção, sem esquecer a construção segura da afetividade a ser estabelecida na família.

\* Advogado, professor de Direito de Família e Sucessões da Faculdade de Direito da UFRGS

## Envelhecer: uma conquista que requer responsabilidade

Odair Perugini de Castro\*

Estamos no mês do idoso e no dia 1.º comemorou-se o seu dia internacional. Esse dia foi estabelecido em 1999, por recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo que o Brasil incorporou essa data posteriormente.

Uma homenagem ou um desafio? Há o que comemorar?

Que o mundo está mais velho é uma realidade. Que o país está envelhecendo rapidamente é uma constatação. Que a longevidade surpreende os “envelhecidos” é uma experiência da contemporaneidade.

A realidade sociodemográfica brasileira, nas últimas constatações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), representa um fator preocupante. Nossa população cresce numa taxa abaixo de 2,5%, e a de idosos, perto de 5%. O aumento da longevidade tem sido explicado pelo controle da natalidade, pela erradicação de doenças transmissíveis, pelo aperfeiçoamento nos cuidados da nutrição e da saúde.

A expectativa de vida no mundo, que era de 50 anos em 1900, passou para 79 em 2000. Essa é a maior conquista da humanidade no século

XX e o grande desafio do século XXI.

O grupo de idosos, em 1992, era de 7,9% da população total; hoje é de aproximadamente 11,5%. Alguns indicadores apontam que em 2050 nosso planeta terá o mesmo número de jovens e de idosos. Essa projeção está a exigir que a sociedade se prepare para esse mundo novo. Torna-se urgente que as políticas públicas oportunizem aos idosos vivências educacionais, para que o país possa transformá-los de fardos para a economia em pessoas integradas à sociedade produtiva.

Envelhecer na sociedade tendo vez e voz é mais importante do que envelhecer com saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu que nos países em desenvolvimento um indivíduo é considerado idoso a partir dos 60 anos, enquanto nos países desenvolvidos a idade limite é de 65 anos. Mas o envelhecimento não começa de um ponto zero. Vamos envelhecendo na própria experiência de viver, no tempo e no espaço. O envelhecimento e o desenvolvimento são variáveis correlatas.

Na contemporaneidade, a compreensão e a resignificação da velhice não se restringem a fases, etapas ou estágios. Desenvolvimento humano significa universalidade e continuidade. Essa

noção de totalidade deve ter também uma direção convergente, atribuindo ao “envelhecido” a responsabilidade de entender e administrar seu próprio envelhecimento. Entretanto, demandas socioculturais, como os estereótipos, os preconceitos e as crenças sobre a velhice, encerram riscos e ameaças à adaptação do idoso, exigindo dele grande capacidade de resiliência. A gerontologia vem demonstrando que o envelhecimento é um processo multidisciplinar e multidimensional, no qual ocorre o aumento, a diminuição e a manutenção da capacidade adaptativa.

Em nosso país, o envelhecimento é uma conquista que deve ser celebrada e encarada com responsabilidade. Espera-se que possam ser atingidas metas convenientes e desejadas, tais como: educação da sociedade civil sobre o envelhecimento individual e social; inclusão, nos cursos de graduação, de disciplina que estude o envelhecimento humano; e formação de profissionais na área de gerontologia.

Percebe-se que a sociedade e as instituições terão de se preparar para um Brasil mais velho, diante dos seguintes pressupostos:

- a questão demográfica é desafiadora para estudos de gerontologia social;
- há a necessidade de informações funda-

mentadas cientificamente sobre as condições do curso de vida e sobre as variáveis relativas ao envelhecimento;

- com os novos *insights* que ocorrem sobre os princípios que regem o comportamento e sobre a dinâmica da vida, ampliou-se o interesse relativo ao envelhecimento humano;

- o envelhecimento envolve avanços que podem ser otimizados se os indivíduos, a universidade e a sociedade forem capazes de oferecer disponibilidade para investir mais recursos na geração de uma cultura e ideologia positivas sobre a velhice;

- a OMS argumenta que os países podem custear o envelhecimento se os governos e a sociedade civil implementarem políticas e programas de Envelhecimento Ativo, que melhorem a saúde, a participação e a segurança das pessoas mais velhas. A hora para planejar e agir é agora;

- é da competência da instituição universitária a tarefa de análise da realidade e das questões sociais, estabelecendo interação com as organizações sociais, científicas, culturais, políticas e populares.

\* Professora Colaboradora Convidada do Instituto de Psicologia da UFRGS

# O futuro nebuloso do produto música

**Mercado fonográfico**  
**Pirataria e circulação de arquivos pela internet derrubam venda de CDs e criam nova forma de consumo**



Marina Mendo, 27 anos, atriz e professora de teatro, mantém o costume de comprar discos, ainda que cada vez mais sinta falta de lojas de CDs

São tempos difíceis para a indústria fonográfica. Em 2007, o mercado brasileiro amargou a mais íngreme queda entre os 20 países que mais movimentam esse setor da economia – arrecadação 25% menor que a de 2006, conforme dados da Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI, na sigla em inglês). Dentre esses, África do Sul e Índia tiveram solitários aumentos. A atual crise econômica compõe esse cenário, mas não basta para explicar a cena: no Brasil, as vendas vêm decrescendo desde 2004, segundo a Associação Brasileira de Produtores de Discos. Possibilitadas pela internet, a pirataria e a democratização do acesso aos “bens culturais” lançam a dúvida sobre como os criadores poderão ser remunerados com seu trabalho transitando livremente pela rede.

Artistas do mercado independente debatem-se com a questão: “Não há como gravar um disco com menos de 40 mil reais. Um longa-metragem não custa menos de meio milhão de reais. E quem paga por isso? Há muita coisa sendo pensada, mas é um período nebuloso, ninguém sabe como resolver a equação”, observa o músico Arthur de Faria.

O que possibilita que um produto seja vendido é a sua escassez. A abundância dos arquivos digitais de música – que podem ser copiados indefinidamente – faz com que o valor de troca desses “bens” tenda a zero. Mas, como ressalta o produtor musical Maurício Tagliari, da gravadora independente YB Music, “nada é tão *free* quanto parece”: “Quem ganha com isso? Dizem que é o público. Eu respondo que é o interesse econômico de quem fatura com o tráfego de dados. Não é gente pobre: se a informação circula livremente, eles ganham, e muito. E que o criador morra de fome. Eu adoraria que o público tivesse acesso gratuito ao meu trabalho, mas não é assim. Ele paga a conexão, paga a lan house. Tem muito dinheiro rolando, basta distribuir corretamente”.

Em 2007, a banda inglesa Radiohead lançou o álbum *In Rainbows* pelo próprio site e deixou os internautas estabelecerem o preço do download. Muita gente baixou as faixas sem pagar nada, mas houve quem desse £250 (aproximadamente R\$ 700) pelo material. Experiências similares são cada vez mais frequentes e pretendem eliminar os intermediários entre artista e público. No Brasil, o cantor Lobão colocou discos para vender em bancas de revista. Para Arthur de Faria, entretanto, isso dá certo para quem já se consolidou no mercado: “Para o Lobão funcionou porque ele era conhecido, já tinha passado pela grande indústria”.

**Criminalização** – No final de setembro, a cantora inglesa Lily Allen comprou briga com músicos contrários à criminalização do download ilegal no Reino Unido, a quem chamou de “ricos e bem-sucedidos que fazem turnês esgotadas em estádios e que têm as maiores coleções de Ferraris do mundo” – o que não é o caso de artistas em início de carreira. Ou seja, seria fácil defender a arte compartilhada quando se desfruta de uma fama que a indústria ajudou a edificar.

Em maio, a criminalização dos downloads ilegais chegou a ser aprovada na França. A lei previa a suspensão da internet do infrator, a cobrança de multas

de até 300 mil euros e prisões de até três anos. Não demorou um mês para que a justiça francesa percebesse que isso feria direitos individuais e derrubasse as sanções propostas pela lei.

A tendência é que a complicação aumente. Sites já disponibilizam faixas musicais (e audiovisuais, como no caso do Youtube) para serem tocadas sem que o usuário precise “baixá-las” – o chamado *streaming*: “É o destino natural e vai gerar uma mudança de pensamento, porque abole de vez o caráter de propriedade. Tu terás acesso a todas as músicas sem precisar *tê-las*, ainda que esse ‘ter’ seja apenas um arquivo digital”, considera Arthur de Faria.

Na contramão da ideia de propriedade intelectual estão as licenças *copyleft* (clara oposição ao *copyright*), que permitem que as obras criativas sejam livremente utilizadas, difundidas e modificadas. Os benefícios são evidentes para o caso dos softwares livres, que podem ser melhorados com o compartilhamento.

**Música que gira** – Para combater a pirataria e a tendência à dispensabilidade do suporte físico, o sertanejo Ralf (que faz dupla com Chrystian) criou o SMD (sigla em inglês para “Disco Semimetálico”): mídia com capacidade de gravação de 60 minutos de áudio, em que apenas uma parte do disco é “metalizada”. Isso faz com que a produção do SMD

**“Quem ganha com isso? Dizem que é o público. Eu respondo que é o interesse econômico de quem fatura com o tráfego de dados. Não é gente pobre: se a informação circula livremente, eles ganham. E muito.”**

Maurício Tagliari

seja 30% mais barata que a do CD e o preço final ao consumidor possa ser fixado em R\$ 5.

O formato tem atraído tanto músicos independentes, como o gaúcho Richard Serraria, que se apresentou no projeto Unimúsica da UFRGS no dia 1.º de outubro, quanto sucessos de vendas, como a própria dupla Chrystian e Ralf. Ainda assim, o SMD tem obstáculos espinhosos pela frente. Se as grandes gravadoras aderissem à nova mídia, os R\$ 5 arrecadados com cada unidade teriam de ser distribuídos entre os pagamentos de impostos e direitos autorais e os custos de produção e distribuição. Para as tiragens menores dos artistas independentes, o lucro é ainda mais improvável: vendendo mil SMDs, arrecada-se 5 mil reais, quantia que não cobre os gastos nem de uma produção modesta.

Contra a maré dos anúncios de óbito do suporte físico, o retorno do vinil se anuncia como personagem novo dessa novela. De todo modo, o público que vem

ressuscitando os bolachões tem uma relação com a música que não se aplica à geração MP3: “Para quem ‘pilha’ nessa coisa de áudio, o MP3 é um lixo, mas quem ‘pilha’ é 0,5% das pessoas que ouvem música. Cada vez mais existe uma audição dispersa. Tu ficas três horas achando um som do bumbo na gravação do disco, e o cara vai ouvir em caixinhas ruins no computador ou com fones de ouvido na rua. A música está virando um pano de fundo”, constata Arthur de Faria.

**Perspectivas** – O músico e compositor Eloy Fritsch, professor do Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS, considera que a internet favorece os nichos alternativos: “Ela oferece independência em relação às gravadoras *majors*, o que é uma ajuda para quem trabalha com música instrumental, rock progressivo, jazz... É um tempo de pluralidade, variedade e segmentação”. Arthur de Faria concorda: “O Arthur de Faria & Seu Conjunto tem uma carreira que seria impensável 20 anos atrás. Podemos ser ouvidos no mundo inteiro, conseguimos ir tocar no Acre... Sem a democratização do acesso, isso seria impossível”.

Um estudo recente dos economistas Felix Oberholzer-Gee e Koleman Strumpf, da Harvard Business School, indica que a troca de arquivos pela web não prejudica a produção cultural. Embora as vendas de discos tenham caído entre os anos de 2000 e 2007, a produção de álbuns duplicou e a indústria seguiu lucrando – a diferença é que a receita, antes concentrada nas gravadoras, se diluiu entre diversas outras empresas de entretenimento. O prejuízo financeiro causado pela troca de arquivos seria compensado por uma maior procura por espetáculos ao vivo.

Eloy Fritsch acredita que os músicos terão de se dedicar a turnês: “Existe a necessidade de colocar mais o pé na estrada, para arrecadar o que antes era renda de direitos autorais”. Quanto ao comércio, o professor opina: “A arte não é um bem de consumo. Dar um preço para a arte é uma coisa de cada um. Para remunerar o artista, uma alternativa seria cobrar uma taxa mínima por cada download e enviar para um fundo de arrecadação, que distribuiria isso para os músicos”, sugere, acrescentando que o sistema de distribuição atual, realizado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), é ineficaz, deixando muita gente sem receber.

Os números da IFPI para a venda de CDs indicam que o mercado fonográfico está em crise, mas o mesmo não vale para o comércio de música digital: em 2007, ele cresceu 185% no Brasil e 40% no mundo. Os próximos capítulos são imprevisíveis. O certo é que dificilmente outro álbum alcançará as mais de 50 milhões de cópias vendidas por *Thriller*. Paralelamente à oferta de produtos musicais, está crescendo a oferta da música como serviço. As estações musicais virtuais possibilitam à música driblar a condição de bem de consumo material. Se o critério para eleger o “rei do pop” é a venda de discos, é provável que Michael Jackson tenha se eternizado como majestade.

Demétrio Rocha Pereira, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabco

## Em defesa do tapa-olho

O DJ e economista inglês Matt Mason afirma que a pirataria auxilia o capitalismo a se reinventar: “A pirataria transforma os mercados nos quais opera, modificando o modo de distribuição e forçando companhias a serem mais competitivas e inovadoras. Os piratas não apenas defendem o domínio público do controle corporativo; também forçam o *big business* e os governos a oferecerem o que queremos, quando queremos”, escreve no livro *The Pirate's Dilemma: how youth culture is reinventing capitalism* (ainda sem tradução para o português).

A bandeira está em alta. O Partido Pirata, surgido na Suécia, vem ganhando adeptos e chegou a eleger, neste ano, um deputado para o Parlamento Europeu. Para o produtor musical Maurício Tagliari, não há motivo para comemoração: “Glamourizar a pirataria só interessa ao pirata e a grandes corporações que ganham com o tráfego de dados. A ideologia pseudoanarquista é instrumentalizada pelo sistema para iludir jovens libertários bastante eficientemente. Não estão nem um pouco preocupados com a remuneração do criador cultural”, e completa: “Se empresas como as de telefonia móvel não ganhassem com o tráfego da minha obra, eu apoiaria a adoção do amadorismo oficial em arte, mas vivemos num sistema capitalista e eu defendo a remuneração do direito autoral”.

O livro *The Pirate's Dilemma: how youth culture is reinventing capitalism*, de Matt Mason, está disponível para download: <http://thepiratesdilemma.com/download-the-book>



# A festa da pesquisa

**Vida acadêmica**  
**É como Marininha define o Salão de Iniciação Científica, evento do qual foi uma das idealizadoras, deixando a marca de sua trajetória na Universidade**

Jacira Cabral da Silveira

Prazos, metas, avanços e impasses fazem parte do dia a dia do pesquisador. Esse perfil dinâmico do meio científico Marininha Aranha Rocha incorporou à sua atuação profissional na UFRGS, onde trabalhou por 30 anos, sendo os últimos 13 na função de vice-pró-reitora de Pesquisa.

Chegar todos os dias às 8h foi um dos aspectos assimilados à sua rotina, que jamais se tornou monótona: “Todos os dias *penso* em fazer uma coisa, mas o dia acaba sendo completamente diferente do que havia imaginado”, comenta, sem se dar conta de que usou o verbo no presente, mesmo que esteja aposentada desde maio deste ano.

Aposentada, mas não distante, pois atualmente integra a Comissão do Salão de Iniciação Científica deste ano, o que exige reuniões constantes na pró-reitoria. “É um novo desafio”, comenta sobre a atual função, que lhe permite observar a Universidade de um outro ângulo. Ao resgatar sua trajetória no meio acadêmico, lembra do primeiro grande desafio, quando saiu do Planetário, onde trabalhava desde 1979, para ocupar uma pequena sala no prédio da reitoria, em meio a grande volume de caixas com relatórios com atividades de pesquisa de professores.

Recebeu, então, a incumbência de montar o Departamento de Incentivo à Pesquisa junto com outros colegas. Era 1985 e, até então, sequer sabia a diferença entre *linha* e *projeto* de pesquisa. A saída foi buscar conhecer tudo a respeito. Conhecimento e experiência que ajudaram a construir esses 21 anos de Salão de Iniciação Científica da UFRGS que, se por um lado Marininha considera a festa da pesquisa, por outro acredita que “essa euforia e inquietação, próprias da pesquisa, também vêm com muita competência”.

**Exercício importante** – Era uma quarta-feira de cinzas quando ela chegou para trabalhar na Pró-reitoria de Pós-graduação, que mais tarde abrigaria a Pró-reitoria Adjunta de Pesquisa. O órgão ganharia autonomia em agosto de 1996, tendo como primeiro pró-reitor o professor Pedro Fonseca. Na época, “trabalhávamos todos juntos, não existiam departamentos definidos”.

Desde o início, Marininha percebeu a neces-

sidade de adequar o ritmo do trabalho do departamento ao fato de a pesquisa desenvolver-se a médio e longo prazos. “Foi um exercício muito importante”, observa. Aprendizado que resultou no I Salão de Iniciação Científica da UFRGS, realizado em 1989.

“Era a primeira experiência e não sabíamos que receptividade teria junto à comunidade.” O pró-reitor adjunto era o professor Roberto Giugliani, e a comissão que tirou os relatórios das caixas enviou 189 cartas aos alunos, convidando-os a apresentar seus trabalhos por meio de pôsteres e apresentações orais. Todos eram bolsistas do programa interno da Universidade, pois o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) só seria implantado em 1992.

Já no primeiro Salão houve a participação de toda a comunidade de orientadores e bolsistas, sinalizando que o caminho adotado era o certo: “Todo mundo trabalhando junto: era a receita ideal”. Segundo Marininha, esse modelo refletia e reflete o quanto a atividade de iniciação científica pode quebrar as barreiras de idade e hierarquia, sobressaindo apenas a questão do conhecimento.

“Quando a gente entra em uma sala de aula em que está sendo apresentado um trabalho, é o mesmo que entrar em um laboratório ou gabinete de pesquisa. Quem vê aquelas pessoas tem dificuldade de identificar imediatamente quem é o orientador e quem é o aluno.”

O sucesso motivou a extensão das atividades a estudantes de fora da UFRGS. O objetivo era proporcionar uma troca de experiências mais diversificada também entre instituições. Com isso, a partir do II Salão, teve início a participação de estudantes de outras universidades. Hoje cerca de um terço dos trabalhos apresentados é de alunos sem vínculo com a UFRGS.

Mas o impulso maior à iniciação científica da Universidade, de acordo com Marininha, foi o projeto encaminhado ao CNPq em 1982. Abria-se com isso uma exceção, pois a verba das bolsas passou a ser repassada diretamente à instituição, transferindo-se a ela a responsabilidade da organização, divulgação e seleção das bolsas – até então atividade exclusiva do Conselho.

Dois aspectos, na avaliação da Marininha, contribuíram para tal aprovação: a qualidade do corpo de pesquisadores e a experiência acumulada na administração de iniciação científica. A UFRGS ganhou, então, 300 novas bolsas e a possibilidade de criar um comitê para acompanhar as atividades de iniciação científica.

**Quem faz é o aluno** – Para Marininha, coordenar esse trabalho, que envolve muitos alunos responsáveis por várias funções, só é possível quando existe uma comissão atuante. Atualmente, o grupo é formado por 40 membros, mas, somando à totalidade das atividades que viabilizam o evento, esse número chega a seis mil pessoas.

Ainda que todos pertençam a diferentes áreas do conhecimento, que se desenvolvem em mais variadas linhas de pesquisa dentro de temáticas bem específicas, o resultado do SIC revela uma estrutura muito forte. “Isso ocorre porque há um



Para ela, a iniciação científica permite o trabalho conjunto de professores e alunos e a quebra de barreiras de idade e de hierarquia

FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

profundo conhecimento do evento e uma adesão total aos objetivos do Salão”, garante.

“O aluno está somando sempre”, comenta Marininha, pois, ao participar dessa estrutura, ele não só constrói conhecimento, como também agrega aprendizagens que serão úteis em sua carreira, dentro ou fora das pesquisas.

Além das bolsas, o programa também compreende atividades complementares e de formação, definidas com o auxílio do Comitê e da comissão do evento. Para isso, são organizados seminários e outras ações para qualificar a participação dos estudantes. Essa formação foi recomendada pelo CNPq às 122 instituições que participam do Pibic. O Conselho tem incentivado as instituições de ensino superior a visitar a página da Pró-reitoria de Pesquisa da UFRGS para conferir a experiência gaúcha.

**Futuro** – A gestão de cada novo pró-reitor, o grau de incentivo das agências financiadoras e a própria evolução da ciência são fatores determinantes para a produção final dos salões de iniciação científica. De acordo com Marininha, esses aspectos dão o tom da complexidade e a dimensão do trabalho para a execução do evento. Ela também destaca a visibilidade que a IC dá à pesquisa realizada na Universidade, “porque todos os grandes projetos têm bolsistas de iniciação científica”, argumenta.

## Novidades da edição 2009

De 19 a 23 deste mês ocorre, no Câmpus Centro da UFRGS, o XXI Salão de Iniciação Científica, a XVIII Feira de Iniciação Científica (FIC) e o IV Salão UFRGS Jovem. Até o dia 22 de outubro os interessados em participar como ouvintes deverão se inscrever no endereço [www.propesq.ufrgs.br/sic2009](http://www.propesq.ufrgs.br/sic2009).

Neste ano, a FIC terá como novidade a presença de duas categorias: a UFRGSWeb, que contempla a produção de vídeos hospedados no portal da Universidade; e a categoria Estande, que retoma a exposição *in loco* de protótipos, maquetes, modelos, entre outros tipos de objetos que exemplifiquem o trabalho de pesquisa. Serão 19 trabalhos na primeira categoria e 17 na segunda. Além dos estudantes da UFRGS, participarão do FIC representantes da Feevale, PUCRS e Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

No prédio do ICBS estarão expostos os 286 trabalhos selecionados de 25 escolas da rede pública e privada de Porto Alegre. Esses trabalhos integram o Salão UFRGS Jovem, criado em 2005 para a divulgação das atividades de iniciação científico-tecnológica desenvolvidas por alunos e professores das Escolas de Educação Básica e Profissional. Os estudantes do ensino básico participam ainda de visitas livres ou orientadas por monitores.

## Dois pontos

### O USO DO HÍFEN EM COMPOSTOS

Uma das regras do Acordo Ortográfico de 1990 define os casos em que ocorre o uso de hífen na língua portuguesa, seja em compostos (como em *procurador-geral*) ou entre prefixos e bases (como em *pró-reitor*). As mudanças propostas são consideráveis do ponto de vista quantitativo, mas seguem, em geral, uma lógica que possibilita a fácil identificação dos casos em que o sinal gráfico será ou não utilizado. Vejamos as regras sobre seu uso nos compostos.

O hífen foi tirado de certos vocábulos que, no entendimento de alguns filólogos, perderam a noção de composição, como, por exemplo, *mandachuva*, *pontapé* e *paraquedas*. Note-se, no entanto, que palavras como *para-choques*,

*para-raios*, *arco-íris* e *guarda-chuva* permanecem ligadas pelo hífen.

Foi também extinto o uso do hífen nos compostos de base oracional (geralmente identificados pela presença de um verbo), como *maria vai com as outras*, *deus me livre* e *faz de conta*, assim como nos compostos que apresentam elementos de ligação (*e*, *de*, *a*, etc.), como *pé de moleque*, *dia a dia* e *bico de papagaio* (deformação nas vértebras).

O hífen permanece em uma pequena lista de vocábulos que contêm esses elementos de ligação: *água-de-colônia*, *cor-de-rosa*, *mais-que-perfeito*, *pé-de-meia*, *ao deus-dará* e *à queima-roupa*. Além disso, o sinal gráfico deve estar presente em todos os nomes compostos de espécies animais e botânicas, ainda que apresentem elementos de ligação: *peixe-espada*, *lebre-da-patagônia*, *bico-de-*

*papagaio* (planta ornamental).

O hífen deve também ser empregado nos compostos que têm palavras iguais ou quase iguais: *tique-taque*, *zigue-zague*, *pingue-pongue*, *pega-pega*, etc. A mesma regra vale para os compostos derivados de topônimos (nomes próprios de lugares), como *porto-alegrense* e *sul-rio-grandense*.

### VOLP

O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) constitui uma obra de importância tanto para os estudiosos quanto para os usuários em geral que possuem certas dúvidas sobre os vocábulos do idioma português.

A quinta e última edição do VOLP foi lançada em março deste ano e incorporou as regras

estipuladas pelo Acordo Ortográfico de 1990. A obra, elaborada sob a coordenação de Evanildo Bechara, filólogo integrante da Academia Brasileira de Letras - ABL, corresponde a um levantamento atualizado de todas as palavras encontradas no português escrito no Brasil. Esse inventário, apresentado sob a forma de uma lista ao longo de 976 páginas, traz diferentes informações sobre cada uma das 349.737 palavras que nele aparecem. Dentre essas informações, destacam-se a grafia, a ortoépia (modo de pronunciar), a classe gramatical e as formas irregulares de flexão de gênero e de número (feminino e plural) dos vocábulos.

André Schneider, revisor de textos  
[andre.schneider@consun.ufrgs.br](mailto:andre.schneider@consun.ufrgs.br)



# Formar para o público e para o social

## Ensino

### Novas graduações da UFRGS buscam sintonia com o atendimento de demandas sociais

Pensar sobre a administração pública e as políticas de assistência à população é algo que se começou a fazer no Brasil há pouco tempo de forma sistematizada. Em um país com apenas 20 anos de experiência democrática, as carreiras dessas áreas são muitas vezes ocupadas por profissionais sem formação específica. Na segunda reportagem da série sobre os sete novos cursos da UFRGS, iremos apresentar duas graduações que devem mudar esse quadro: Políticas Públicas e Serviço Social. Criadas a partir do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), elas são opções para os vestibulandos que desejam ingressar na Universidade em 2010.

**Ideias antigas** – Políticas Públicas é uma graduação inovadora, já que o curso será o terceiro criado no Brasil. Por outro lado, Serviço Social chega com atraso, pois a UFRGS será uma das últimas grandes universidades federais a ter essa formação. Juntos, os dois representam 80 vagas a mais, todas no turno da noite. São 50 vagas para o primeiro, a ser sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), e 30 para o segundo, que terá aulas no Instituto de Psicologia. Ambos surgiram de demandas da sociedade e representam projetos antigos das unidades das quais fazem parte.

André Marengo, professor do Departamento de Ciência Política do IFCH e futuro vice-coordenador do bacharelado em Políticas Públicas, fala sobre o processo de criação do curso: “É uma discussão de vários anos, tornada mais robusta em 2008, quando achamos uma solução que permitiu combinar o esforço de vários departamentos, sobretudo o de Sociologia e o de Ciência Política, mas também o de Antropologia e outras áreas. A proposta contou com a acolhida da reitoria e da nova direção do Instituto, que tiveram um papel importante para impulsionar o curso”.

Já no Instituto de Psicologia, a primeira sugestão de criação de um curso de Serviço Social ocorreu ainda na década de 80. Com apoio do sindicato e do conselho nacional de assistentes sociais, ela foi elaborada pelo professor José Carlos Fenianos e encaminhada ao reitor à época, Earle Macarthy Moreira. “Por algumas questões, o projeto parou. Há pouco, tivemos uma discussão sobre o currículo da Psicologia com ênfases mais voltadas para o social e o coletivo. Houve um ambiente dentro do Instituto e também uma abertura do conselho da unidade à questão, possibilitando que se efetivasse a graduação”, pondera Sérgio Antônio Carlos, docente envolvido na elaboração do projeto.

**Multidisciplinaridade** – Em comum, as graduações possuem o currículo multidisciplinar, seguindo a linha dos demais cursos propostos para 2010.

Sérgio Antônio Carlos, Jorge Sarriera e Liliane Froemming, professores do Instituto de Psicologia e responsáveis pela elaboração do projeto da graduação em Serviço Social, destacam que, apesar de seguir as diretrizes curriculares básicas, o novo curso possui um enfoque ajustado à realidade local e parte de disciplinas já oferecidas pela UFRGS, dando ênfase aos três pilares da Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Cadeiras introdutórias de História do Brasil, Antropologia, Sociologia e Psicologia fazem parte dos primeiros semestres desse bacharelado.

Políticas Públicas terá um núcleo básico com apenas dez disciplinas obrigatórias, centradas na metodologia que capacita fazer análises e aplicar conhecimentos. Complementando essa formação básica, o aluno escolherá entre cadeiras que o habilitarão nas ênfases de Políticas Sociais ou de Governo. O restante do currículo multidisciplinar é composto por 120 horas de estágios obrigatórios e disciplinas eletivas da área de concentração escolhida e de outros departamentos, como o de Ciências Econômicas, o de Ciências Administrativas e o de Estatística.

Uma inovação do curso que formará analistas em políticas públicas será a figura do professor tutor. Cada tutor acompanhará um grupo de no máximo dez alunos desde o primeiro semestre. A professora do Departamento de Sociologia e futura coordenadora da graduação em Políticas Públicas Soraya Maria Vargas Côrtes enfatiza que essa medida pretende facilitar a adaptação do estudante ao espaço acadêmico. “A gente criou a figura da tutoria porque os alunos que chegam, especialmente os quem vêm direto do Ensino Médio, ficam um pouco perdidos. Assim, eles terão uma orientação.”

**Teoria e prática** – Um dos desafios das novas graduações é formar profissionais aptos para a aplicação de seus conhecimentos. Por esse motivo, ambos possuem estágios curriculares previstos nos últimos semestres. Em Políticas Públicas serão 120 horas de estágios no quinto e no sexto semestres; em Serviço Social, 570 horas a partir do quinto semestre.

A formação dos assistentes sociais terá ainda Oficinas em Serviço Social desde o início do curso, que funcionará como uma preparação para os estágios. Nelas, os estudantes terão contato com a realidade social, conhecerão os fundamentos para a pesquisa em bancos de dados e para uma aproximação com os possíveis campos de trabalho. Alguns locais para as disciplinas práticas já estão definidos, como a Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS e o Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-Rua), ambos vinculados ao Instituto de Psicologia. O importante, de acordo com Jorge Sarriera, é oferecer a possibilidade de práticas em lugares que funcionem à noite a fim de que os alunos não precisem abrir mão de seu trabalho.

Em Políticas Públicas, “a ideia é de que o curso tenha uma vocação aplicada e forme profissionais para ocupar um espaço potencial que aparentemente é muito grande no governo e mesmo em organizações da sociedade civil. O aluno não só terá o conhecimento teórico, mas também um aprendizado prático realizado junto às instituições em que no futuro possa desenvolver uma carreira profissional”, diz André Marengo. Soraya Côrtes acredita que, ao longo do curso, serão firmados acordos com entidades públicas, não governamentais e privadas para a realização dessas disciplinas práticas.

Após o início das atividades, no próximo ano letivo, deverão começar a ser firmadas parcerias com instituições para cooperação e estágios: “A própria vocação da graduação empurra para a criação dessa rede de colaboração”, avalia a professora.

**Preparação** – Enquanto os novos alunos não chegam, as unidades vão se preparando. Já foram feitos concursos para os dois bacharelados, garantindo a contratação dos docentes necessários para os primeiros semestres de aula. Segundo Sérgio Antônio Carlos, os dois já selecionados para Serviço Social são talvez os mais qualificados do estado: “São assistentes sociais que foram da diretoria da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social e participaram ativamente da discussão sobre as diretrizes do curso no país”. Liliane Froemming, professora do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia, ressalta a importância da formação dos novos docentes, pois, “ainda que haja essa diversidade de olhares e campos do conhecimento, existe a preocupação em dar uma identidade ao curso, por isso o núcleo inicial será de professores graduados em Serviço Social”.

Também para Políticas Públicas já foi realizado concurso, no qual foram selecionados dois professores para o Departamento de Ciência Política e dois para o de Sociologia. O espaço físico também será adaptado, uma vez que as turmas serão de 50 alunos. “As administrações da Universidade e do IFCH asseguram o investimento em equipamentos que permitirão aos alunos o acesso ao conhecimento e à informação”, assegura André Marengo.

Luciane Costa, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabco

## Serviço Social

Habilitação: Assistente Social

Vagas: 30

Turno: noturno

Unidade: Instituto de Psicologia

Objetivos:

- compreender e intervir nos processos sociais que tecem o cenário da sociedade brasileira
- formar profissionais com excelência referencial na área, responsabilidade social e compromisso com a cidadania
- formar assistentes sociais capazes de uma atuação interdisciplinar qualificada, eficiente e competente na interface das políticas públicas
- formar assistentes sociais capacitados para a produção de conhecimentos científicos relacionados às problemáticas teórico-metodológicas do serviço social

## Políticas Públicas

Habilitação: Analista de Políticas Públicas

Vagas: 50

Turno: noturno

Unidade: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Objetivos:

Formar analistas:

- com conhecimentos sobre o Estado e suas relações com a sociedade, especialmente nos campos da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia, com vista à sua aplicabilidade na análise e no desenvolvimento de ações na esfera estatal da sociedade civil e do mercado
- com conhecimentos multidisciplinares para realizar análises, elaborar planos, formular, implementar e avaliar políticas, programas, projetos e ações em âmbito regional, nacional e internacional
- habilitados a assessorar atores políticos individuais e coletivos na formulação e implementação de ações no âmbito das políticas públicas
- capazes de criar instrumentos e desenvolver tecnologias de análise e intervenção social, utilizando os recursos políticos, financeiros e tecnológicos que os governos, as organizações internacionais e da sociedade civil e do mercado dispõem
- habilitados a formular e implementar políticas, programas e projetos voltados ao fortalecimento da democracia, da cidadania, do bem-estar social e dos direitos humanos e ambientais.



Iniciativas como a da Cooperativa Unidas Venceremos, na Zona Norte da capital, poderão ser beneficiadas pela atuação dos novos profissionais

# Especial

## Vendem-se oásis urbanos

**Condomínios horizontais**

*Para alguns, um sonho realizado, para outros, a negação da cidade*

TEXTO **JAQUELINE CRESTANI**  
E **MARIA ELISA LISBÔA**  
FOTOS **FLÁVIO DUTRA**

Após cruzar um emaranhado de buzinas, placas, cheiros, vozes e cores, atravessa-se o pórtico de entrada de casa. Até a garagem, é necessário percorrer um longo caminho em que os galhos das árvores tocam o carro e se ouve o canto dos passarinhos. Deixa-se para trás a paisagem cinzenta de concreto, o trânsito caótico, a realidade urbana. Faz-se a passagem entre dois mundos: de um lado, a cidade, de outro, o sonho idílico da casa no campo realizado.

Aqui o campo se traduz no conceito de condomínio horizontal fechado, um tipo de empreendimento cada vez mais procurado pelos que almejam fugir da violência dos grandes centros urbanos. Há nove anos vivendo no condomínio Cantegril, em Viamão, a 25 quilômetros do Centro de Porto Alegre, Alexandre Veiga, ex-funcionário da UFRGS, procura o clima de final de semana todos os dias. “Para mim, é uma terapia, como se estivesse chegando ao paraíso. É uma sensação gostosa chegar num lugar que tem a natureza, o silêncio e o afastamento da violência da metrópole”, revela. No entanto, esse distanciamento também gera uma crise de pertencimento, como no caso de Alexandre, que se considera apenas um ‘cantegrilense’: “Aqui se perde um pouco a relação com a cidade. Nós temos um dia a dia mais fechado, fazemos a vida aqui dentro do condomínio. Não interagimos tanto com ‘lá fora’. Não me sinto, por exemplo, morador de Viamão”.

**Anticidade** – Esse tipo de formação urbana, na maioria das vezes cercado por muros e grades, traz

consigo diversas implicações, sobretudo porque pode contribuir para o conflito entre as noções de espaço público e privado historicamente estabelecidas na formação das cidades. O arquiteto e historiador Carlos Antônio Leite Brandão, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), considera os condomínios um fator de fratura da coesão social, pois “eles transformam a cidade em uma não cidade dividida em feudos. É um dos muitos aspectos da medievalização – ainda que *high-tech* – em que cremos estar entrando, tal como ocorreu ao final da Roma antiga. A cidade se divide em guetos e tribos e perde o caráter que a refundou nos séculos XII e XIII: lugar do encontro com o outro e com o diferente, local do diálogo, da emancipação e da liberdade. Esse diálogo e esse encontro mingua, e só convivemos com os iguais, como nos shoppings e nos condomínios”, finaliza.

Laboratórios de dinamismo e vitalidade, os espaços urbanos também são vistos como palcos em que preponderam a barbárie e o caos. Daí pode resultar o desejo pelo afastamento e pelo encontro com a vida de cidade do interior, na maioria das vezes artificialmente construído. Campos de golfe, 19 lagos, piscinas, nove quadras de tênis e mais: estética, cafeteria, escola de inglês, pré-escola de um colégio particular, pet shop, restaurante, academia de ginástica. Essa é a estrutura oferecida por R\$ 200/mês – além do valor do condomínio – às, atualmente, 200 famílias moradoras do condomínio Terraville, localizado no Bairro Belém Novo.

O intuito não era fazer previsões, mas o urbanista inglês Ebenezer Howard apresentou, em 1898, como alternativa às más condições citadinas da época, a proposta da Cidade Jardim, a qual representaria uma solução aos problemas urbanos. Na Cidade Jardim, as casas estariam inseridas

num espaço verde, isolado e cercado, composto de um número determinado de moradores que teria acesso, ali mesmo, a órgãos públicos e lazer.

**Fragmentação** – Se viver em condomínios horizontais fechados pode ser uma saída para alguns, especialistas os consideram um novo e grave problema para a área urbana. O professor de Arquitetura da UFRGS Antônio Tarcísio da Luz Reis acredita que estamos cada vez mais rejeitando o espaço público, que é a essência da cidade, e a troca entre indivíduos que o seu significado sugere. “Isso é uma completa aberração. Essas ideias de vender o paraíso..., eu não compactuo com isso. O que é que vai ser do espaço urbano propriamente dito? Uma coleção de guetos?”, enfatiza. Corroborando a opinião do professor, pesquisas recentes indicam que essa tendência pode realmente reforçar o risco de descentralização e fragmentação do corpo da cidade. Seu colega Brandão concorda com a ideia de que o fundamento disso está na perda do espaço e do mundo públicos, na substituição da noção de cidadão pelas de indivíduo e consumidor, pela ilusão de que se possam criar soluções privadas e restritas para problemas que são globais e universais, entre eles os ambientais e sociais, numa época de tantos excessos.

Um fator que chama a atenção de quem visita um condomínio do tipo do Terraville é a quantidade de muros que o cercam, realmente tornando o local um oásis praticamente desintegrado do “mundo real”. A sensação é a de quase ter voltado à Idade Antiga ou Média, quando as cidades eram cercadas por muralhas de proteção contra povos inimigos. É exatamente a esse elemento que o professor Antônio atribui a culpa pela desconexão com o urbano, a perda da permeabilidade visual. Do ponto de vista estético, o estímulo visual ao

movimento de pessoas, de automóveis, à vegetação e às edificações característico da cidade tradicional fica comprometido. “Não é agradável nem lógico ficar olhando para um muro. É uma negação do urbano”, defende.

**Contradição** – Para o professor, as prefeituras deveriam preocupar-se com essa questão e não aprovar tantos projetos de condomínios horizontais fechados. Entretanto, essa não é a realidade da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Porto Alegre. Segundo o arquiteto da Unidade de Parcelamento do Solo e Detalhamento (UPSD), Antonio Luis Pinto, em média são aprovados 260 projetos desse tipo por ano. “O requerente deve protocolar o pedido, entregando uma cópia. Nós verificamos se o projeto atende à legislação municipal.” De acordo com o arquiteto, a aceitação de tantos empreendimentos desse modelo não representa uma ameaça ao espaço urbano e à ideia de cidade: “O conceito de condomínio, que tem origem na Lei Federal n.º 4.591, também está no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Ele aponta o condomínio como solução urbana para a proteção dos bens ambientais”.

O professor do Laboratório do Espaço Social (Labes) do Departamento de Geografia da UFRGS, Álvaro Luiz Heidrich, concorda que essas moradias não significam um retrocesso às cidades, mas admite que elas suscitam a noção de simulacro. “A urbanização ainda não havia conhecido essa forma de uso do espaço. Algo semelhante seriam as cidades muradas, porém, essas continham desigualdades em seu interior. O condomínio fechado tende a criar situações internamente homogêneas e a sensação de que há uma condição diferenciada – privada – de alcançar a utopia social”.





## Alguns moradores admitem sair menos de casa em função da distância

# Vivendo a privacidade

Imagine uma reunião de condomínio com 300 pessoas. Interesses, hábitos e valores distintos compartilham o mesmo terreno. O fato de se viver num espaço como o de um condomínio horizontal fechado reconfigura o tipo de relação com os vizinhos e até com a própria família.

A administração de um local como esse, que funciona quase como uma prefeitura municipal, pode ser terceirizada, como no Terraville, ou conduzida pelos próprios moradores. A autogestão foi a opção adotada pelo Cantegril, que conta com a liderança de um síndico para cada fase do empreendimento e comissões responsáveis por questões como obras, meio ambiente e segurança. Alexandre Veiga, síndico da IV Fase do condomínio, se diz satisfeito com o trabalho, apesar das divergências entre os moradores, que considera

naturais. “As últimas reuniões têm sido bem pacíficas. Evoluímos bastante. Os vizinhos se conhecem e se respeitam. Tudo dentro do processo democrático. Houve épocas piores, quando em outros condomínios o pessoal até puxava revólver! Acho que as pessoas vão se acostumando à coletividade, a respeitar o próximo”, conta. Paralelamente ao esforço dos síndicos, as Associações de Moradores também se empenham em aperfeiçoar as condições do lugar onde moram. Maria Bernadete D’Ávila de Bem aponta uma das medidas da Associação, no Cantegril, da qual faz parte: “Estamos tentando, por exemplo, fazer um convênio com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente para ver se eles podem nos ajudar a preservar ainda mais a natureza que existe aqui dentro”, diz.

Diferentemente dos condomínios verticais, o trânsito de carros

entre as casas num condomínio horizontal é um fator importante a ser administrado e, geralmente, a principal causa de problemas. Há quem confira o poder de atuação, caso haja infração de lei de trânsito dentro do condomínio, ao poder público. Já outros defendem a privacidade condominial e afirmam que um guarda não poderia atuar dentro dos muros da propriedade particular. No Cantegril, por exemplo, a Convenção entre os condôminos é sinônimo de lei. É essa legislação interna que tem validade. Ela prevê que o limite de velocidade nas ruas internas é de 30km/h, o que é indicado por placas ao longo dos trajetos. Quem ultrapassá-lo, recebe em casa uma advertência escrita pelo síndico. “Não resolveu, a gente manda uma multa. Não de trânsito, mas uma multa por infringir o regulamento, uma norma do condomínio”, esclarece Alexandre. Para facilitar o deslocamento dos moradores até a entrada do local e, de certa forma, incentivar a diminuição do uso dos automóveis, o condomínio possui um esquema de transporte interno com dois micro-ônibus. Eles circulam de meia em meia hora e o valor do serviço está incluído no condomínio.

**Novos hábitos** – O carro, devido ao afastamento dos centros urbanos, torna-se mais um membro da família. Atividades simples, como sair de casa para comprar pão ou ir à igreja, tornam-se verdadeiras viagens. Conforme o pesquisador Álvaro Heidrich, do Laboratório do Espaço Social da UFRGS, esse processo tende a agregar valor às mercadorias imobiliárias que se diferenciam pelos atributos requeridos pelo consumo. “Vale dizer, em função do padrão de vida urbano, são atributos que se associam ao uso do automóvel. Por isso, o condomínio pode localizar-se distante do tecido urbano, desde que seja atendido por vias com boa acessibilidade”, ressalta.

No entanto, alguns moradores admitem sair menos de casa para atividades de lazer, por exemplo, em função da distância, por isso noções como coletividade, privacidade e família tendem a se redefinir com o *modus vivendi* nesse tipo de propriedade. “O Cantegril é assim: ‘ame-o ou deixe-o’. Aqui é a melhor prova para saber se tu vives bem com tua esposa ou marido. Tudo é longe, então, tu chegas em casa e vai ter que conviver com a tua família. Algumas pessoas não aguentam e desistem”, revela Alexandre.

Além disso, o isolamento acaba por aproximar os moradores do local, resgatando um conceito de comunidade que hoje em dia praticamente se perdeu nos grandes centros. “Quando me mudei, a família do lado logo virou amiga e fazíamos churrascos juntos nos finais de semana. Muitos moradores crescem juntos e são amigos até hoje”, lembra a arquiteta Caroline Fedatto, que mora há 16 anos no condomínio Las Leñas. Alexandre vai além: “Isso torna todo mundo uma grande família, e tu esqueces um pouco essa coisa de sair do condomínio para fazer outras atividades”.



Alexandre Veiga, síndico de uma das fases do condomínio Cantegril, em Viamão, se diz satisfeito com o trabalho

## Segurança: realidade ou ilusão?

Entrar pela garagem isento da preocupação com um assalto é um dos motivos que levam tanta gente a optar pela vida em condomínio. Maria Bernadete D’Ávila de Bem, moradora do Cantegril há cinco anos, enfatiza que a principal vantagem de residir na propriedade é a segurança. “Antes de vir pra cá, eu morava no bairro Petrópolis, numa casa alugada. Era bem mais prático, mais perto do centro. Mas aqui se tem outras vantagens, como a aproximação com o verde. Lá onde eu morava, um menino ia chegando do colégio e foi ‘depenado’, levaram até o par de tênis. Aqui estamos mais tranquilos”, conta.

A busca por calma e segurança são conceitos norteadores da construção e da venda das habitações dentro de um condomínio horizontal fechado. Na avaliação do pesquisador do Laboratório do Espaço Social da UFRGS Álvaro Luiz Heidrich, os principais fatores que fazem aparecer esse tipo de consumo nos argumentos de publicidade são qualidade ambiental, acessibilidade, infraestrutura interna, “estilo de vida” e segurança. “Cada um desses itens se relaciona aos problemas socioespaciais que envolvem as cidades atualmente”, aponta. Para a arquiteta Caroline Fedatto, moradora há 16 anos do condomínio Las Leñas, o que diferencia o lugar onde mora do centro urbano é a sensação de segurança. “Não me sinto em dois ‘mundos’. A segurança é a única coisa que separa a vida aqui de dentro da lá de fora”, comenta.

Entretanto, a tão sonhada segurança vem acompanhada não só pela tranquilidade, mas também pela presença dos muros e pelas câmeras de vigilância. O condomínio fechado Terraville, por exemplo, localizado no Bairro Belém Novo, investe nesse quesito. Ao todo, cem guardas fazem o monitoramento diário nos 171 hectares da propriedade. A entrada de pessoas é controlada por meio de identificação e cadastro. Se o objetivo é visitar o condomínio, o setor de vendas deve ser comunicado. Em outras circunstâncias, o mora-

dor é contactado e permite o acesso ao local.

Alexandre Veiga, síndico do Condomínio Cantegril, em Viamão, lembra que uma das iniciativas dos condôminos foi a de contratar uma consultoria, que diagnosticou os pontos vulneráveis do local. “Aí partimos para as ações: contratamos mais seguranças, investimos na colocação de câmeras de vigilância e cercamos o condomínio”, relembra. Ao circular por uma das quatro fases que compõem o Cantegril – formada por 859 terrenos –, é possível notar a presença de grades e alarmes em diversas casas. Alexandre relaciona esse fator “à cultura da cidade, trazida pelo novo morador”. “Ele chega aqui, olha pra esse verde descampado e pensa que é vulnerável.

Aí quer se precaver: coloca grade, tela, muro. É essa cultura da cidade, do estresse, da violência. Mas o Cantegril é um condomínio de família, tranquilo. Nunca se teve problema ligado a algum ato de violência. Nenhum assalto à mão armada, nada”, completa.

Medidas como essas podem proporcionar, entretanto, uma ilusão de segurança, por se ter a sensação de estar mais a salvo em fortalezas como a dos condomínios. É essa a avaliação do arquiteto e historiador Carlos Antônio Leite Brandão, da UFMG: “Quanto mais queremos nos aparelhar e nos armar, mais frágeis e inseguros ficamos. A solução está em promover o diálogo entre os espaços e as pessoas da cidade, não em evitá-los,

conclui. Já o professor de Arquitetura da UFRGS Antônio Tarcísio da Luz Reis atribui aos muros, fatores da desconexão com a cidade, a culpa pela insegurança. A falta de diálogo com a calçada e com a rua pode agravar o problema, pois, conforme sugerem os estudos, “para o criminoso, um aspecto fundamental é não ser visto; se a conexão com o externo é cortada, aumenta a possibilidade de não ser visto”, acrescenta. Ele salienta que a barreira física é necessária, mas que a ruptura visual pode ser resolvida com alternativas da própria arquitetura. “As casas junto à calçada são um exemplo. Tu tens o pé direito da casa mais elevado, aí é muito difícil para o indivíduo tentar roubar aquela janela, porque ele estará exposto”, explica.



Grades e esquemas de vigilância 24 horas, aliados a espaços planejados para o lazer, são característicos do novo jeito de morar

# Entre a regra e a censura

## Política

### Embate entre governo argentino e Grupo Clarín expõe problema recorrente na América Latina

A aprovação da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual pelo Congresso argentino no último dia 10 trouxe à tona a dúvida: até que ponto o governo pode – e deve – interferir nos meios de comunicação de seu país? Embora não exista consenso sobre a questão, o fenômeno tem sido recorrente na história da América Latina. Após as ditaduras militares, o tema nunca esteve tão em pauta quanto agora. Recentemente, Brasil, Equador, Bolívia e Venezuela – além da Argentina – tiveram graves atritos com sua imprensa, o que motivou o Fórum de Emergência sobre a Liberdade de Expressão, organizado pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) no final de setembro.

Desde julho, uma ação judicial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF) impede o jornal O Estado de S. Paulo de publicar matérias sobre a operação da Polícia Federal (PF) que investiga Fernando Sarney, filho do presidente do Senado brasileiro. Em Quito, Rafael Correa propôs normas de controle aos excessos da mídia e ameaçou cassar as concessões de 300 rádios e TVs equatorianas. O presidente boliviano Evo Morales está processando o jornal La Prensa, que o relacionou a um caso de corrupção em dezembro. E o campeão de intervenções é o venezuelano Hugo Chávez – em agosto, ele fechou 32 emissoras de rádio e duas de TV; em setembro, pediu ação penal contra o canal Globovisión e, em 2007, não renovou a licença da RCTV.

**Conflito de interesses** – Quando Cristina Kirchner propôs alterar a antiga Lei de Radiodifusão, surgiu um embate entre o governo e o Grupo Clarín. Sob o pretexto de democratizar os meios de comunicação, a proposta diminuiu de 24 para 10 o número de licenças permitido por empresa de mídia. Além disso, estabelece que 33% da faixa de radiofrequência (AM, FM, UHF, VHF) de cada distrito sejam destinados a entidades sem fins lucrativos e define participação máxima de 35% no mercado de televisão a cabo por um único grupo.

O plano se opõe diretamente aos



A popularidade do Executivo balançou desde que a presidente entrou em choque com o maior grupo de mídia do país, detentor de canais a cabo

interesses do Clarín. Dono de 50% dos mercados de jornal e TV paga do país – além de possuir boas fatias em rádio, TV aberta e Internet –, o grupo é o maior conglomerado de mídia argentino e verá seus negócios afetados pela mudança. Certo, para o Clarín é ruim, mas e para o povo argentino?

Segundo Clarice Siedler, jornalista da UFRGS que está cursando mestrado na Universidad Nacional de La Plata, na província de Buenos Aires, “a maioria das pessoas é favorável à aprovação de uma lei que substitua a atual, criada em plena ditadura. Muitos acreditam que o governo precisa pressionar pela alteração, pois, se deixar que os debates se esgotem, isso nunca vai ocorrer. Há vinte anos estão tentando fazer isso”.

A opinião é compartilhada pelo Foro de Periodismo Argentino (Fopea), entidade representante da classe jornalística no país. Em seu comunicado oficial sobre o projeto, a Fopea garante considerar “imprescindível o debate que está acontecendo na sociedade e no Congresso Nacional em torno da necessidade de se ter uma nova norma que regule os meios audiovisuais”. Talvez

por corporativismo os grandes jornais brasileiros tenham tomado as dores do Grupo Clarín. Clarice apresenta uma versão bem diferente da que vemos por aqui. “A mídia [argentina] em geral não é contra uma mudança e dá bastante espaço para políticos contra e a favor. O problema é que a presidente tem muitos inimigos, incluindo o vice-presidente, o que faz a alegria dos meios de comunicação. [Além do Clarín] não há forte oposição ao projeto nos demais meios, e sim expectativa”, avalia a jornalista.

Antes da aprovação no Senado, comissões congressistas propuseram cerca de 200 alterações no texto original. Apesar de necessária, ninguém considera a legislação perfeita. “As pessoas criticam dois aspectos: primeiro, o fato de Cristina Kirchner ter usado a apresentação do projeto no Congresso como arma em sua guerra particular com o grupo Clarín. Comenta-se que isso teria contribuído para a derrota da situação nas últimas eleições legislativas. Segundo, a lei abria caminho para a criação de novos monopólios, dessa vez de grupos que apoiam o governo, como as empresas de telefonia”, afirma Clarice.

Além do aval para a entrada das companhias telefônicas no mercado de TV a cabo, outro importante ponto foi alterado pela oposição. A chamada Autoridade de Aplicação, órgão que seria responsável por regulamentar e aplicar a nova lei, originalmente subordinado à Secretaria de Meios de Comunicação da Presidência, teria a maioria de seus membros indicados pelo Executivo. Porém, optou-se por transformar o grupo em uma entidade autônoma, o que, na opinião da jornalista, representou um avanço.

Segundo a oposição, houve compra de congressistas pelo governo. A acusação se baseia no fato de diversos senadores opositores, que já haviam se manifestado contra a nova lei, terem mudado de posição no último instante. Não há provas de que isso tenha ocorrido, porém o Congresso sofreu forte pressão para votar o projeto antes de dezembro, quando acaba a maioria governista na casa. Por enquanto, ainda não se sabe como tudo isso afetará a popularidade da presidente. “Acredito que a rejeição a Cristina aumentou, mas não posso garantir se foi pela ação da

Receita ou pela reação do Clarín, que está denunciando irregularidades no financiamento da campanha presidencial e a sua vinculação com empresas suspeitas. Também veio à tona uma investigação da Justiça sobre o enriquecimento ilícito do casal Kirchner, cujo patrimônio aumentou 572% desde que Néstor foi eleito. E há outras coisas, como a tentativa de imitar Evita Perón, que não agradam ao povo argentino”, comenta Clarice.

## A mídia como vitrine

O atual contexto latino-americano incentivou a Sociedade Interamericana de Imprensa a promover o Fórum de Emergência sobre Liberdade de Expressão na capital da Venezuela, Caracas. A tônica do encontro foram as duras críticas às intervenções governamentais que a mídia vem sofrendo em vários países. A professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, Maria Helena Weber, pesquisadora da relação entre política e comunicação, observa que o controle da mídia costuma se restringir aos regimes autoritários e ditatoriais. “Você tem de aplicar leis que controlem os meios de comunicação, mas silenciar um veículo nunca ajuda. Nas democracias, o controle é feito pelas próprias relações, pelos investimentos de mercado e por uma série de sutilezas em que a prerrogativa da liberdade de imprensa se mantém”, afirma.

Para a professora, o cerne do problema está no poder midiático de dar visibilidade ou não aos atores do sistema político – teoria compartilhada por Sérgio Borja, docente da Faculdade de Direito da Universidade. “A imprensa é o pulmão da democracia, pela sua função social, mas é ela que elege os políticos. O cara tem uma rádio e daqui a pouco vira deputado federal com 600 mil votos”, lamenta o magistrado.

## Na terra dos coronéis

Em nosso país, a censura reinou sobre a mídia por décadas a fio. Com a redemocratização, a prática foi banida das redações, e os veículos, teoricamente, passaram a ter liberdade de publicar o que quisessem. No entanto, é tênue a fronteira entre o público e o privado no Brasil, fato que possibilita interpretações como a do desembargador Dácio Vieira, do TJ-DF. Em 31 de julho, o jornal O Estado de S. Paulo foi proibido pelo magistrado de publicar matérias sobre a Operação Fator da PF – mais conhecida como Boi Barrica. A ação investiga possíveis ilegalidades nos negócios administrados pela família Sarney no Maranhão.

Até agora, já foram indiciados Fernando Macieira Sarney, sua esposa, Teresa Cristina Murad Sarney, e mais nove supostos sócios do casal por lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e formação de quadrilha. As suspeitas são de que a empresa São Luís Factoring e Fomento Mercantil esteja sendo usada de forma criminosa. Segundo a Receita Federal, além de não possuir funcionários, entre 2002 e 2006, a companhia declarou receita bruta de R\$ 1,7 milhão, enquanto sua movimentação financeira

no mesmo período foi 24 vezes maior. Um relatório da PF, divulgado em julho pela revista IstoÉ, mostra ainda que foram descobertas movimentações de R\$ 2 milhões que constituiriam um suposto caixa 2, utilizado na campanha de Roseana Sarney ao governo do Maranhão em 2006.

Apesar das graves acusações envolvendo a família do presidente do Senado, da extensa investigação da PF e do absoluto interesse público no caso, o juiz Dácio Vieira optou por acatar o pedido de Fernando Sarney, censurando o Estadão. De acordo com o professor de Direito Constitucional da UFRGS Sérgio Augusto Pereira de Borja, há algo de errado. O envolvimento de Vieira com a família Sarney, revelado pelo jornal após a censura, é mais do que suficiente para que o juiz seja impossibilitado de apreciar o caso. “A suspeição do magistrado é evidente. Isso se depreende da leitura do Código de Processo Civil, artigo 135, inciso I: reputa-se fundada a suspensão de parcialidade do juiz quando amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes”, cita o professor. Outro aspecto discutível é a extensão que foi dada à decisão

de Vieira. A avaliação do professor Borja é de que um despacho do TJ-DF só possui jurisdição local. “No meu entendimento, essa censura só valeria para o Distrito Federal. No máximo, ele poderia impedir a circulação do jornal na cidade”, aponta.

A defesa de Fernando Sarney alegou que o Estadão cometeu infração ao publicar trechos das conversas telefônicas gravadas com autorização judicial. Também foi dito que a honra da família estaria ameaçada pela divulgação de dados da investigação. Segundo o professor Borja, esse é um caso em que dois direitos constitucionais entram em conflito. “É o direito à privacidade se opondo ao direito à liberdade de imprensa e ao bem comum, ambos garantidos pela Constituição. Quando isso ocorre, há de se considerar o princípio jurídico da ponderação. No caso em questão, acredito que o interesse privado deva ser sacrificado pelo bem coletivo”, julga.

Ariel Fagundes, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabco



# Contra o senso comum

**Aula magna**  
**Professor Nelio Bizzo, da USP, explorou pontos não difundidos da trajetória de Darwin**

Caroline da Silva

Quando um professor se preocupa com o ensino, ele dá atenção a todos os ângulos de determinado tema. Muito se fala de Charles Darwin em Galápagos, da viagem do Beagle a locais exóticos, mas não se discute o real motivo daquela expedição para um navio da marinha britânica. Definindo-se como um “opositor do galapagocentrismo”, o docente da Universidade de São Paulo Nelio Bizzo ministrou aula magna na UFRGS por conta do Ano de Darwin, que demarca o bicentenário de seu nascimento e os 150 anos da publicação de *A Origem das Espécies*, obra que revolucionou a Ciência.

*Darwin: O Postilhão dos Andes* foi o título escolhido para a palestra realizada no dia 16 de setembro, que também comemorou os 75 anos da Universidade. Na abertura, o reitor Carlos Alexandre Netto destacou que o evento assinalava um momento significativo para a Instituição, já que a aula magna marcou a retomada do semestre letivo e a efervescência dos debates na academia. Ao final, Bizzo autografou a nova edição de seu livro *Charles Darwin – no telhado das Américas*.

**Aula de história** – Com uma trajetória substancialmente relacionada à educação, a formação do paulista Nelio Bizzo começou com a graduação em Biologia,

seguida do mestrado em Genética e do doutorado em Educação, sempre pela USP. Essa capacitação multidisciplinar talvez o tenha transformado em crítico das abordagens que desprezam as motivações na Ciência – contudo, ele não chega a chamá-las de alienadas.

Ao falar da expedição de Charles Robert Darwin no navio *Beagle*, considera o contexto em que aquela viagem ocorreu: “Havia vários interesses confluindo nessa época. As Ilhas Malvinas tinham acabado de virar Ilhas Falklands, certo? Por que essa obsessão em conquistar um território longe do continente, onde seria mais fácil defender uma possessão?”. Ele também menciona o armamento fornecido ao Uruguai pela Inglaterra, “fomentando a criação de uma República independente tanto da Argentina quanto do Brasil”.

O professor explicou que, em 1832, a história brasileira vivia um período conturbado, com uma revolta armada pela regência no Rio de Janeiro. “Dom Pedro estava nos Açores, organizando a guerra civil nas ilhas – aliás, o *Beagle* quase cruzou com ele. Não estamos falando de uma sucessão de coincidências. A Inglaterra estava fazendo pesados investimentos e tinha muito interesse na independência das colônias espanholas.”

Bizzo defende que para os britânicos era vantajoso um Brasil estável, pois tinham imposto um tratado comercial em 1827 em troca do reconhecimento à nossa Independência. “Esse acordo, sobre o qual se fala pouco, precisa ser resgatado, porque a Inglaterra impôs taxas pesadíssimas ao Brasil, conseguindo isenções fiscais maravilhosas para seus produtos. Muito da devastação da Mata Atlântica se deve a esse tipo de tratado feito naquele período.” Na interpretação inglesa, após o “brado do Ipiranga”, Dom Pedro adotou o título de Império porque queria ter possessões na África. “Essa é uma coisa que sempre perguntei a professores de História e nunca me explicaram: por que uma nação fica

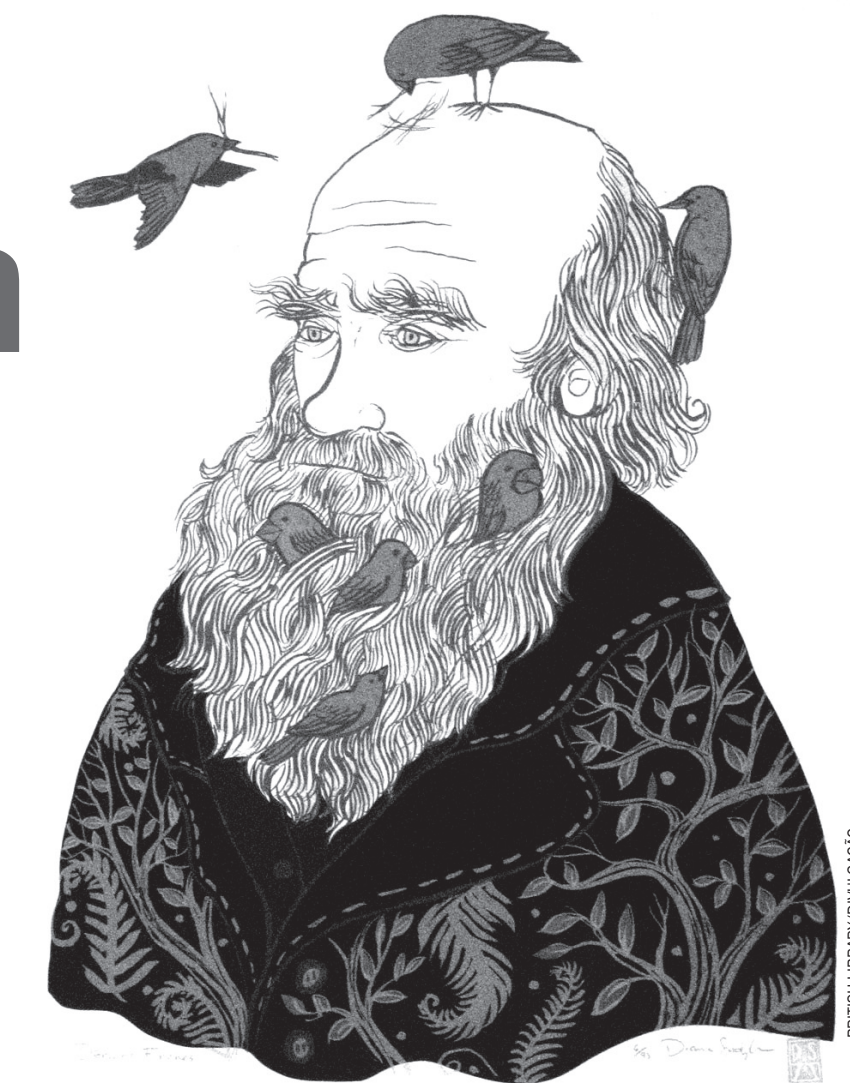
independente do Reino e, em vez de ter um rei, tem um imperador?” Em um cenário de produção açucareira e comércio de escravos, o imperador assumiu, diante de uma série de cláusulas do acordo com os britânicos, o compromisso de não estabelecer colônias no outro lado do Atlântico.

Na opinião do pesquisador, é evidente que a temática Darwin está nessa teia de relações, por isso gosta de mostrar como não se pode dissociá-la da geopolítica e da economia da época.

**Interesses geopolíticos** – Nelio Bizzo conta que a antiga ‘matriz’ queria ter posse do único caminho possível ao outro oceano: o extremo sul da América do Sul. O Cabo Horn, a passagem mais óbvia, era muito perigosa: “O ouro daquela região não podia passar por ali, correndo o risco de afundar”. O Canal de Beagle, descoberto pelo navio inglês na viagem anterior, era a passagem segura: “Por isso tinham que voltar lá para terminar o mapeamento e ver se de fato as águas que permitiam acessar o Pacífico eram mansas”. Não existia o Canal do Panamá, e a Inglaterra havia tentado por muito tempo um caminho pelo Norte.

Da expedição, ficou a fama das Ilhas Galápagos (onde permaneceram por somente três semanas), mas o grande alvo era a Terra do Fogo, que concentraria o objetivo geopolítico da Inglaterra. A ideia era fundar ali uma colônia, o que explica a ocupação das Malvinas para a criação de um enclave britânico. “O *Beagle* passou muito tempo no Uruguai, recém-separado da província Cisplatina, porque os ingleses tinham interesse em manter uma República independente capaz de garantir estabilidade e apoio logístico para essa rota”, analisa Bizzo.

Sendo Darwin membro de uma família de parlamentares, tinha a dimensão real do propósito do Império Britânico com aquela navegação. O *Beagle* tinha instruções de guerra,



BRITISH LIBRARY/DIVULGAÇÃO

estava armado com canhões e marinheiros com treinamento militar. “Não era um barco oceanográfico, mas um navio de guerra.” Ele ressalta que, para fazer o levantamento cartográfico, a questão crucial eram os cronômetros, que tinham grande importância, equivalendo a um segredo militar. “A tripulação estava armada até os dentes para proteger os cronômetros, porque, se eles fossem roubados, o inimigo teria acesso a instrumentos que permitiriam fazer mapas precisos, cujo aperfeiçoamento havia levado quase 200 anos. Fora uma coisa épica construir esses cronômetros, que podiam ficar no mar balançando sem perder a precisão, ir do Ártico ao Equador sem que a dilatação afetasse a sua precisão. Era um equipamento de alta tecnologia.”

**Fábricas de espécies** – Outro ponto abordado por Bizzo é o fato de que o surgimento de espécies em ilhas não foi uma descoberta de Darwin. “Era quase um lugar comum, até mesmo dentro do *Beagle*. Na viagem, o naturalista tinha

um livro de Bory de Saint-Vincent chamando as ilhas de fábricas de espécies, que transbordavam delas para os continentes. Portanto, haver bichos exóticos em ilhas era o que mais se sabia, não havia novidade alguma nisso.”

O professor da USP cita Pasteur – “o acaso só favorece a mente preparada” – para destacar a contribuição do britânico para a Ciência. Ele diz que muitas pessoas já tinham feito viagens, inclusive naturalistas: “Mas o fato é que Darwin teve a oportunidade de utilizar a Geologia mais avançada da época e estava em contato com grandes especialistas e diversas áreas, como Zoologia e Botânica”. Bizzo cita a vantagem de coletar um material muito rico ao visitar locais endêmicos, chamados de *hot spot* de diversidade, com espécies únicas. Segundo o pesquisador, a ideia de evolução nem era tão inédita assim, mas ele se valeu de especialistas, muitos deles absolutamente avessos ao conceito, para dar um novo sentido à viagem: o de entender como a biodiversificação é um processo inerente à própria vida.



Para o pesquisador, a temática da evolução se situa no meio de uma rede de relações a ser contemplada

CACINHO ANDRADE/JU

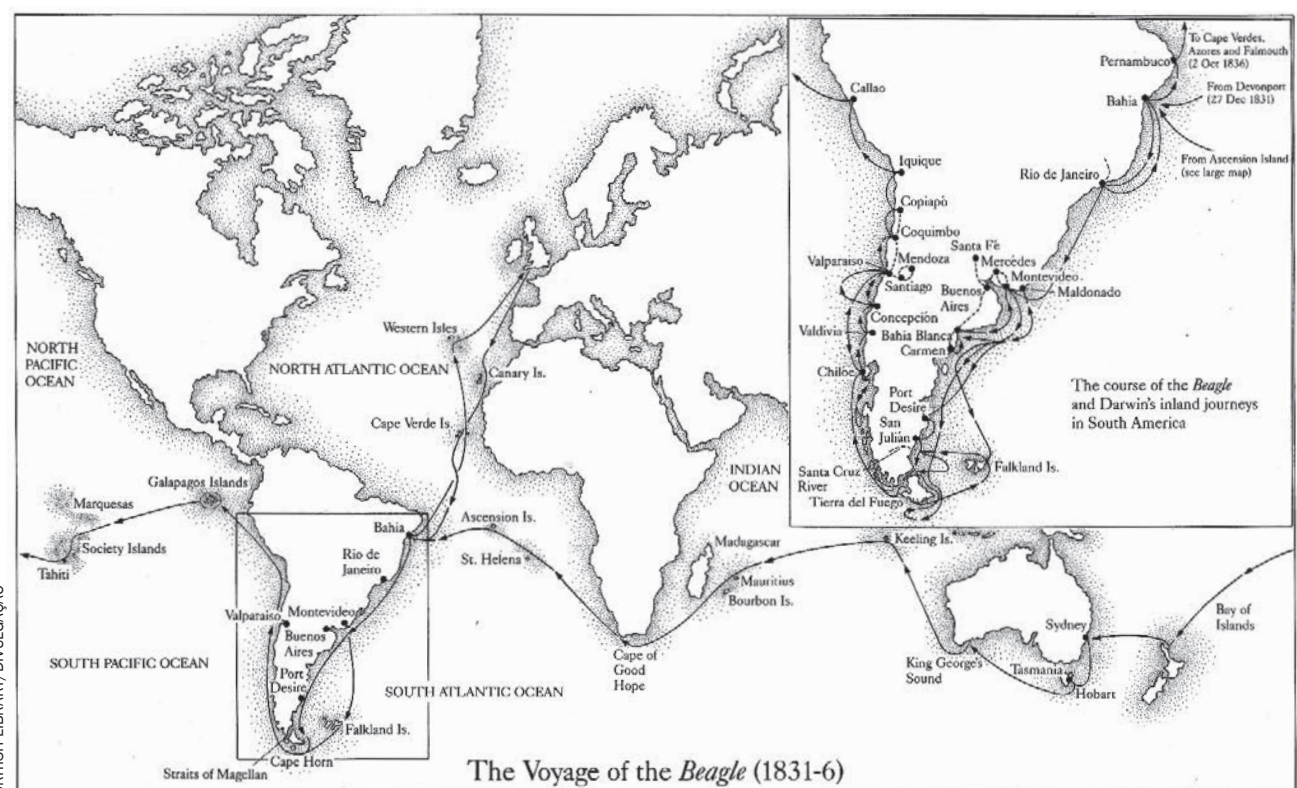
## Os Andes e o tempo geológico

“A cultura universal só conseguiu compreender os processos evolutivos depois de ter entendido o extensão do tempo geológico.” Essa é a mensagem que o *postilhão* Darwin trouxe dos Andes – apelido dado pela sua namorada à época, *postilhão* era o mensageiro encarregado de grandes missões.

O professor Nelio Bizzo pesquisa questões de ensino de evolução e conclui que o elemento determinante para o naturalista compreender um processo tão complexo como o evolutivo é na verdade o grande empecilho para que os estudantes de hoje possam entender a evolução biológica em termos corretos: “Porque o tempo geológico não é intuitivo, ele

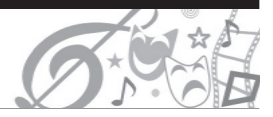
é contraintuitivo”. Didático, ele toma como exemplo o vidro da mesa de centro do Salão Nobre da reitoria e diz que é difícil conceber que os átomos de silício e oxigênio daquele material estão juntos há bilhões de anos.

Fato pouco conhecido da história de Darwin, ao observar a formação geológica da Cordilheira dos Andes (que o professor compara a um pavê), o cientista encontrou fósseis marinhos a quatro mil metros de altitude e teve a certeza da extensão do tempo geológico. “Seguramente, se Darwin não tivesse conhecido os Andes, não teria escrito a teoria da evolução”, afirma categoricamente Nelio Bizzo.



BRITISH LIBRARY/DIVULGAÇÃO

The Voyage of the *Beagle* (1831-6)



# Relações duradouras

## Evento

### 10.ª edição do Salão de Extensão trouxe inovações e reafirmou interação com a comunidade

Tudo começou com uma festa. Fantasias, personagens, instrumentos, música, teatro, ginástica artística, crianças, alegria. Não era para menos, afinal, não é todo o dia que se chega ao décimo ano de existência. A comemoração de aniversário animou o Câmpus Centro e nem a ameaça de chuva atrapalhou. Um grupo seguiu em cortejo cantante, parando para apresentações e integrando quem quisesse participar. Integração, relação, reflexão, discussão.

Assim teve início mais um Salão de Extensão. Um cortejo comemorativo organizado pela professora do Departamento de Artes Dramáticas do Instituto de Artes Ciza Reckziegel abriu os trabalhos. A "extensionista apaixonada" – como ela mesma se define – coordena um projeto de extensão há onze anos e participa do evento desde sua primeira edição, quando apresentou um espetáculo teatral. "Dessa vez, recebi o convite para organizar a abertura. Eu e meus alunos decidimos compor uma canção, cantá-la pelo câmpus, fazer algumas paradas e depois chamar as pessoas para frente do Salão de Atos, onde o grupo Usina do Trabalho do Ator encenou a peça *A mulher que comeu o mundo*. A festa foi merecida", afirma.

O acalorado começo não foi a única novidade do 10.º Salão de Extensão. O formato do evento foi repensado: "O Salão precisa, principalmente quando completa dez anos, ter a cara da extensão. Precisa ter uma proposta generosa, no sentido de acolher todas as pessoas que fazem parte dos projetos e as que vêm aqui participar, porque a extensão da Universidade existe em função das várias relações estabelecidas", explica a pró-reitora de extensão Sandra de Deus.

**Mudanças** – Como de costume, o Salão de Festas, que fica no segundo andar do prédio da reitoria, abrigou



No cortejo que abriu o Salão, o Grupo Usina do Trabalho do Ator encenou a peça *A mulher que comeu o mundo*

a Mostra de Extensão. Saúde, exercícios físicos, terceira idade, karatê, quilombolas, artesanato, economia alternativa, viveiros comunitários. Essa variedade de temas expostos dá o tom da abrangência dos projetos de extensão existentes e revela, permeando, a essência definidora da UFRGS. E como o próprio termo "universidade" sugere interação, as inovações no espaço da mostra foram muito bem-vindas pelos extensionistas e pelo público. Neste ano, o uso de estandes foi abolido para que "ela deixasse de ser uma feira com expositores isolados e passasse a ser um local de diálogo, de relação", explica a pró-reitora. A extensionista Fernanda Rockette, estudante de Nutrição, aprovou e compreendeu a ideia de unificação: "As divisórias impediam uma visão do conjunto dos projetos".

No centro da mostra, sofás e cadeiras chamaram a atenção de quem visitou o salão. Era ali, enquanto tudo acontecia ao redor, que os participantes puderam fazer suas discussões, conversar, trocar experiências. "Quem quisesse agendava um horário e se reunia

naquele local. E o pessoal aproveitou o espaço: ao todo, 28 propostas foram debatidas. Tem barulho? Tem. Mas, a extensão é assim, tudo vai acontecendo, é um grande diálogo", define a professora Sandra.

Seguindo o mesmo ritmo e a variedade de assuntos, aconteceram 43 oficinas – os minicursos passaram a fazer parte dessa denominação – abertas à comunidade e gratuitas, como todo o resto da programação. Elas tinham o intuito de propiciar aos extensionistas a oportunidade de trocar experiências, passando adiante o conhecimento adquirido.

**Importância coletiva** – Quem já havia participado de outros salões percebeu uma diferença marcante nessa décima edição: não havia pôsteres dos projetos por todos os lados. As chamadas sessões coordenadas passaram a ter um formato livre para que o bolsista escolhesse a melhor maneira de mostrar seu projeto. Entre as cerca de 400 sessões separadas em 12 áreas de interesse, algumas aproveitaram a liberdade e

misturaram dança, vídeo, música e o que mais fosse preciso para que o público, que lotou as apresentações, entendessem.

Além disso, as reuniões dessa vez tiveram um objetivo diferente: a intenção era de que houvesse a troca de experiências, e não uma competição – para isso a organização decidiu acabar com a premiação de trabalhos. "Todas as ações que desenvolvemos estão em primeiro lugar, todas são importantes e devem dialogar de forma coletiva. Não faz sentido fazer um *rankeamento*", argumenta Sandra.

Em contrapartida, o Espaço Lúdico, montado na Sala Fahrion, também no segundo andar da reitoria, manteve a mesma estrutura. Mais uma vez foi um local de descontração e obtenção de conhecimento, visitado por crianças de todas as idades, que pularam na cama elástica, descobriram o fascínio pela rádio, entusiasmaram-se com experiências de Física, enfim, desenharam um conceito próprio de universidade que pode trazer ótimas consequências. "Só tinha ouvido falar da UFRGS e tinha

curiosidade de conhecer. Agora que eu vim, posso até começar a pensar em estudar aqui", revela Larissa da Silva, aluna da 5.ª série da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ana Nery. A professora que acompanhava os alunos, Evelise Jardim, conta que a visita foi muito importante como experiência e aprendizagem para os estudantes: "Vai nos ajudar porque fazemos um grande esforço para mostrar que a universidade é importante e que, mesmo que eles venham da periferia, têm potencial para chegar aqui".

**Extensão também é cultura** – Ao longo dos quatro dias de evento, a programação cultural marcou presença e ajudou a extensão a alcançar um de seus principais objetivos. "A extensão universitária também engloba a cultura, que é importante para estabelecermos uma relação com a comunidade interna e externa", destaca a pró-reitora. Sessões de cinema, um concerto da Ospa, apresentações de jazz, teatro, dança, rock progressivo e de um conjunto de violas.

E por falar em diversidade, o encerramento do 10.º Salão de Extensão não poderia ter sido diferente. A responsabilidade de fechar essa edição foi do grupo Fato, de Curitiba (PR). Ele existe há 15 anos e, lembra Grace Torres, uma das integrantes fundadoras, faz um trabalho difícil de definir. "Como viemos de um estado muito misturado – imigrantes europeus, asiáticos, negros, indígenas –, no meio desse caldeirão procuramos fazer um tipo de música que reúne vários estilos dentro do mesmo contexto", esclarece. Baião com fandango, tango com música iraquiana, samba com sotaque paranaense. Tudo marcado pela sonoridade dos tamancos característicos do estado.

A empolgação do Fato e, consequentemente, do público durante o show deu o tom da satisfação de todos em participar do Salão. "A extensão é esse elo entre a universidade e a sociedade e, quando ela funciona tão bem, ficamos felizes porque o pessoal põe a mão na massa e a comunidade participa. Achamos maravilhoso. A UFRGS é um exemplo para as outras instituições nesse sentido", comemora Grace, assim como todos nós.

Jaqueline Crestani, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

## JU indica

**Design de Superfície**  
Evelise Anicet Rüttschilling  
Editora da UFRGS, 2009, 104 págs.  
R\$ 25 (valor médio)

O lançamento comemora os 10 anos de atividade do Núcleo de Design de Superfície (NDS) da UFRGS, órgão vinculado ao Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes, e presta homenagem a Athos Bulcão e Goya Lopes, artistas que se destacam como expoentes do design no Brasil. Numa área do conhecimento ainda carente de literatura, cuja origem como campo de conhecimento e de prática profissional autônoma está ligada à história de nosso estado, o livro é provavelmente a primeira publicação acadêmica lançada no país. Financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a obra apresenta parte do conhecimento produzido pela equipe do Núcleo, ao mesmo tempo em que procura estabelecer pontos

de ancoragem conceitual para caracterizar essa atividade profissional em fase de expansão. A autora explicita a intenção de o livro servir de material de apoio a professores, alunos e profissionais, focalizando a formação e a qualificação do designer, considerando-se o perfil desse pesquisador ou profissional na universidade e no mercado de trabalho. Ao longo dos nove capítulos, também são abordadas as áreas de atuação e aplicação do design de superfície, com a apresentação das tecnologias disponíveis que apoiam os processos de produção das principais indústrias da área. A publicação traz ainda fotos com algumas das aplicações do design de superfície na arquitetura, na tecelagem industrial e na indústria moveleira. (Ánia Chala)

### Trabalho, Emprego e Relações Laborais em Setores Intensivos em Conhecimento – Brasil, México, Canadá

Sônia M. K. Guimarães (org.)  
Editora da UFRGS, 2009, 215 págs.  
R\$ 27 (valor médio)



As relações de trabalho de um mundo globalizado não podem ser analisadas a partir de modelos do século passado. Teorias pensadas sob o predomínio da atividade fabril, do Taylorismo e do Fordismo não se aplicam a um mundo cuja principal fonte de capital é a tecnologia. O artigo *Agentes Globais em Contextos Locais*, de Sandro Garcia, aborda o tema com um exemplo próximo. Para o autor, a fábrica da GM, em Gravataí, inovou ao se ajustar às necessidades da região. Quatro dos textos são versões revistas de apresentações do Congresso Internacional da Latin American Studies Association no Canadá em 2007. Os demais são produções do Grupo de Pesquisa da UFRGS *Trabalho na Sociedade Contemporânea*, constituído em 2000 e inscrito no CNPq. (Ariel Fagundes)

**O Futuro das Regiões Rurais**  
Ricardo Abramovay  
Editora da UFRGS, 2009, 149 págs.  
R\$ 22 (valor médio)

O Brasil rural está reconfigurado: regiões interioranas como espaço único para a produção agropecuária e previsões de que o rural acabaria conforme avançasse o desenvolvimento econômico são paradigmas ultrapassados. Os indicadores já não compreendem nem o movimento social nem as condições sistêmicas de vida e produção fora das cidades. O ecoturismo e a valorização da produção das culturas locais demonstram essa mudança. Por conseguinte, um incremento do capital social e a necessidade de se construírem novos desenhos de gestão e financiamento são necessários. Esse é o ponto da análise proposta por Ricardo Abramovay, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP. (Antônio Falcetta)



## Leituras de vida

### Memórias e narrativas (auto)biográficas

Benito Bisso Schmidt e Angela de Castro Gomes (orgs.)

Ed. UFRGS e Ed. FGV



Lançamento e sessão de autógrafos: 07/11 - 16h30min  
Pavilhão de autógrafos da 55.ª Feira do Livro de Porto Alegre

## Olga

de Fernando Moraes

A história da judia e comunista Olga Benário, companheira de Luis Carlos Prestes, que acabou assassinada nos campos de concentração nazistas, entregue pelo governo de Getúlio Vargas ao regime de Hitler. "Gosto do livro sobre a Olga do Fernando Moraes; acho muito melhor, inclusive, que o Chatô. Trata-se de um trabalho sério dentro do campo do Jornalismo", comenta o professor Benito Bisso Schmidt.

## Toda mulher é meio Leila Diniz

de Mirian Goldenberg

Sobre a atriz que morreu em 1972, aos 27 anos, em um acidente de avião. A autora, antropóloga, investiga a construção do mito Leila Diniz. "O título faz referência àquela música da Rita Lee", explica o historiador, esclarecendo que Mirian Goldenberg busca descobrir como se construiu uma determinada imagem da artista no imaginário social: a Leila grávida de biquíni, sempre alegre e exuberante. "E vai mostrar que essa imagem não era falsa, isso também era a Leila. Mas construímos uma Leila Diniz tão idealizada, de uma alegria permanente, que não conseguimos ver outros aspectos dessa mulher, às vezes mais dramáticos e tristes."

## Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo

de Georges Duby

Livro dos anos 80 que aborda a vida de um cavaleiro medieval. "Para quem acha que historiador escreve mal, é belíssimo. Começa com a morte do Marechal. O autor usa o recurso literário do flash-back. Ele consegue mostrar como era a sociedade medieval tanto na França quanto na Inglaterra a partir de um personagem. Acho brilhante! Escrito em uma linguagem bem leve", indica o pesquisador de biografia.

## A imagem rebelde

de Regina Horta Duarte

A trajetória libertária de Avelino Foscolo, um anarquista que viveu no final do século XIX, início do XX, no interior de Minas Gerais. "Foi a dissertação de mestrado da historiadora da UFMG. Ela consegue casar bem a técnica da pesquisa, a metodologia, o rigor histórico com uma linguagem esteticamente muito bem construída. Tanto que ganhou o prêmio Jabuti literário", analisa Benito.

# Uma vida para entender uma época

## História

### Filão rentável para a indústria editorial, gênero biográfico suscita discussão quanto à ética

Caroline da Silva

A partir do dia 30 deste mês, só se falará em literatura na capital gaúcha. Muitos títulos e autores discutindo sobre variados temas retratados pelas obras e também sobre os próprios gêneros literários. Na 55.ª Feira do Livro de Porto Alegre, Benito Bisso Schmidt, professor do Programa de Pós-graduação em História da Universidade, vai autografar uma coletânea de artigos acadêmicos sobre as chamadas escritas de si, *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. O lançamento da Editora da UFRGS em parceria com a Editora da Fundação Getúlio Vargas é coorganizado pelo docente e pela pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC) Angela de Castro Gomes.

**Objetivos da escrita** – Pesquisador de história da memória e biografia, gênero histórico e de fronteira em que o personagem é o fio condutor, Benito tem-se dedicado nos últimos tempos a uma publicação sobre a vida de Gilda Marinho, famosa jornalista e colunista social da Porto Alegre das décadas de 40 e 50: "Ela era muito conhecida na cidade, uma personagem irreverente, que hoje ainda é lembrada". O historiador conta que, das vezes em que comentou sobre o projeto na imprensa, lhe perguntaram em repetidas situações: "Mas o que tu descobriste de novo sobre ela?". Ele explica que não sabe se descobriu algo novo e que esse não é seu objetivo. Ao mencionar a palavra objetivo, resume a questão da biografia para a História e para o Jornalismo, pois é a sua finalidade o que diferencia as obras escritas por profissionais das duas áreas.

No caso da colunista Gilda Marinho, o professor afirma querer entender a personagem à luz de seu contexto, inserida nas relações de sua época. "Se isso é novidade, se ninguém nunca soube sobre isso, não é o que me interessa." Benito constata que na maioria das vezes os jornalistas buscam o novo, "e não é um caminho pior", deixa claro. Para ele, esse caminho tem a ver com a profissão, com a formação jornalística. "O bom texto, um texto fluente, ágil, que prende a atenção, tem, como parte desse prender a atenção, de revelar coisas novas, que às vezes tendem para o lado da fofoca, porque é uma coisa de despertar o interesse do público."

**Elemento comercial** – Benito já esteve interado dos índices editoriais do gênero e diz que as vendas e os lançamentos biográficos eram expressivos "não apenas no âmbito da biografia, mas também no do que chamamos de 'escritas de si': escritas íntimas que englobam diários, autobiografias, cartas". É possível concluir que há na sociedade uma demanda pelo tipo de literatura que fala da intimidade dos indivíduos. "Hoje não tenho acompanhado as cifras, mas como visitante de livrarias vejo que sempre tem uma seção de biografias ou memórias. Todos querem saber da intimidade do outro, até porque, na nossa época, parece que somente ela representa a pessoa na sua essência, o que acho uma visão equivocada."

No Brasil, uma máxima prescreve: "sabendo-se como alguém é como pessoa, vai-se entender como ele é como profissional e como homem público". O historiador diz que em outros momentos e países o homem público está separado do homem privado. Cita como exemplo a eleição do prefeito de Paris, Bertrand Delanoë, em 2001, que é homossexual assumido. "Tive a oportunidade de estar na cidade e comentava que era uma vitória sobre o conservadorismo, mas me diziam que isso não tinha importância alguma, que não queriam saber se ele era homossexual." Importava saber da atuação dele como homem público. "Se ele gosta de transar sei lá como não nos interessa e não é isso o que faz a faceta dele de homem público", declaram os parisienses.

**Em busca da face humana** – Os aspectos escabrosos da personalidade parecem vender mais, e existe um público definido para esse tipo de leitura. No entanto, há escritas íntimas, como as de correspondência, que servem de motivo nobre para a penetração na



Pesquisador da memória, Benito Bisso Schmidt lança obra sobre biografias na Feira do Livro

intimidade de celebridades. "Às vezes, analisando as cartas que os artistas trocavam entre si, tu vais poder entender, por exemplo, o processo de criação de determinadas obras, as polêmicas que esses intelectuais travavam entre si", comenta Benito, acrescentando que o estudo dessas mensagens revela elementos significativos dos bastidores da vida de pessoas públicas, como a dos personagens da política.

A ânsia, por parte de um público voyeurista, não só pela trajetória de personalidades atuais, mas também de personagens históricos já falecidos, tem suscitado mais publicações no campo da História: "O interesse do presente se transfere também para o passado, e isso tem-se revelado no lançamento de uma série de coleções de biografias, mesmo entre os historiadores". Um título biográfico que fez sucesso é *D. Pedro II - Ser ou não ser*, de José Murilo de Carvalho (Companhia das Letras, 2007). Esse livro, assim como as publicações do gaúcho Eduardo Bueno, o Peninha, na Coleção Terra Brasilis, se encaixa em uma proposta de linguagem para o grande público, "numa escrita menos pesada academicamente, mas que se vale da pesquisa histórica, do que já foi escrito sobre – no sentido de divulgar, talvez, a face humana de determinados processos históricos", pondera o professor da UFRGS.

**Ética e História** – No mês de julho, Benito Bisso Schmidt foi um dos conferencistas no XXV Simpósio Nacional de História, promovido pela Associação Nacional de História (Anpuh) na Universidade Federal do Ceará, cujo tema geral era História e Ética. Sua conferência, intitulada *Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: ética e narrativa biográfica*,

parodiou um livro da jornalista Janet Malcolm (*A mulher calada: Sylvia Plath e Ted Hughes*), que analisa as biografias de Sylvia Plath, poeta norte-americana que se suicidou. Nele, a autora comenta que o biógrafo, de uma maneira geral, é um *voyer* e espia pelo buraco da fechadura.

Sendo assim, os dois agentes principais da literatura, escritor e leitor, são apontados como *voyers* quando o assunto é esse gênero. Dentro desse panorama, é necessário discutir sobre o direito à privacidade e sobre o direito à informação e liberdade de expressão, para não cometer "violências à própria subjetividade da pessoa biografada", como assinala o pesquisador. "As biografias têm relevância para a História no momento em que nos ajudam a perceber determinados elementos de um período que, de outra forma, não perceberíamos. Do ponto de vista histórico, o nosso propósito não é desvendar coisas que nunca foram sabidas antes. A questão de ser mais ou menos íntimo também não é relevante, mas sim a possibilidade que um personagem tem, às vezes, de iluminar a época em que viveu. Essa questão de revelar a intimidade pode ser importante, dependendo do que tu estás querendo estudar daquela época, como relações conjugais e formas de sexualidade."

Na opinião de Benito, o que deve prevalecer é a relação humana: há que cuidar se determinada informação pode criar danos para a memória ou para a vida da pessoa e/ou dos seus familiares, gerando perseguição política, por exemplo: "Particularmente acho que o interesse da Ciência não é maior do que isso". Segundo ele, ainda, preservar o biografado não significa abdicar de um estudo profundo e bem contextualizado.



## Meu Lugar na UFRGS



CADINHO ANDRADE/JU

### Os dois colégios de Adriana

A mesma segurança que fez Adriana Dorfman estudar Geografia na graduação, no mestrado e no doutorado parece tê-la trazido de volta, como professora, para a escola em que fora aluna desde os 12 anos de idade. Ela viveu tanto o Colégio de Aplicação (CAp) do Câmpus Centro (onde hoje funciona a Faculdade de Educação) quanto o atual, instalado no Câmpus do Vale em 1995.

Quando a menina Adriana ingressou no CAp, os estudantes ainda eram selecionados por meio de uma prova: "O grupo era mais homogêneo e muitos eram filhos de professores da UFRGS", conta. No final dos anos 1970, o colégio estava situado em meio à efervescência do movimento estudantil. Secundaristas se uniam a universitários no Diretório Acadêmico dos Institutos Unificados, formado por alunos de Filosofia, História, Ciências Sociais e Letras (o DAUI, localizado onde hoje é o Bar do Antônio do Câmpus Centro), ambiente de debates políticos e encontros musicais: "Vinha gente de vários lugares. O movimento secundarista se reforçava muito nessa troca. Era um lugar de diálogo", lembra.

Dentro do colégio, a animação também era grande: "Aproveitávamos a sala da CACA [Comunidade de Alunos do Colégio de Aplicação]. No recreio, colocavam música, as pessoas dançavam – estava na moda dançar as canções da Amelinha [cantora cearense muito ouvida nos anos 1980] –, era bastante alegre".

Em 2002, quando voltou ao Aplicação para lecionar Geografia, a professora encontrou o ex-colégio em meio à vegetação do bairro Agronomia: "É um lugar relaxante, despersante, apesar de ser um espaço em que não compartilhamos muito com a Universidade". Atualmente, além de dar aulas para o 2.º ano do Ensino Médio, Adriana é chefe do Departamento de Humanidades do CAp. O acúmulo de responsabilidades não a impede de contemplar a paisagem: "Pela manhã, quando venho de ônibus, gosto de apreciar o banhado próximo à parada. É sempre cheio de pássaros, tem o cavalo que o zelador coloca ali para pastar... É agradável, faz bem para a saúde".

Não apenas o ambiente, como também as pessoas são outras. Com o método de sorteio para o ingresso de novos alunos, a pluralidade tomou conta de corredores e salas de aula: "As diferentes vivências, entendimentos de mundo, situações econômicas... Isso traz coisas muito legais. Aprender a conviver com esse grupo

heterogêneo é uma experiência importante e um desafio: existe a diversidade e devemos fazê-la se mostrar sem sermos o único agente. Todo mundo tem que ser sujeito", considera.

Adriana também nota o aparecimento de medidas disciplinadoras: "Em 1980, publicávamos o jornal do grêmio, não havia uniforme, câmeras, controle rígido de entrada e saída. Hoje muita coisa é pautada pela segurança". Mas, segundo a professora, "permanece a proposta de uma educação voltada ao interesse do aluno, para construir um lugar de trocas enriquecedoras, não só de disciplina. Existe um espírito de colégio que se mantém, um desejo de investir numa educação de qualidade, de criar propostas diferenciadas".

A relação de Adriana com a UFRGS começou cedo: "Meu pai trabalhava como técnico no Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH). No verão, íamos para a Colônia de Férias da Universidade. Tem uma foto minha, de 1967 – eu acho –, com caxumba em frente ao prédio da Colônia de Férias. Até hoje encontro pessoas daquela época pela UFRGS".

Após o bacharelado e a licenciatura em Geografia, Adriana passou um período longe da Universidade – cursou mestrado no Rio de Janeiro, doutorado em Florianópolis e estagiou na França. Voltou para o CAp depois de ter dado aulas em outras instituições de ensino do país e, hoje, confirma a relação diferenciada com o colégio: "O Aplicação tem uma identidade muito forte. Não só por ser onde estudei, mas pelo vínculo que se cria com os alunos, uma conexão que é muito intensa".

Há sete meses, a professora carrega no ventre o menino Raul. O sorteio ainda não contemplou seu irmão mais velho, Rodrigo, que está com 12 anos, mas, se dependesse da mãe, os filhos também passariam pelo CAp: "Eu gostaria, sim. É um lugar que oferece muitas oportunidades bacanas". E manda um recado: "Para os interessados: o edital para o sorteio de vagas abre no dia 15 de outubro".

**Demétrio Pereira, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fábico**

Esta coluna é resultado de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas de televisão com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET às segundas, terças, quintas e sextas-feiras, a partir das 21h30min.

#### Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br) e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

# Perfil Carlos Mancuso

**Arte e história**  
*O pintor e arquiteto que fez da aquarela seu principal meio de expressão*

Ânia Chala

Ele descobriu a paixão pela pintura ainda criança. Aos nove anos, quando residia com a família na rua Lopo Gonçalves, no bairro Cidade Baixa, passava as tardes desenhando com giz as figuras de Flash Gordon e Brucutu, personagens dos quadrinhos da época. Prestes a completar 79 anos (em 19 de novembro), o pintor, desenhista, gravador, restaurador e arquiteto Carlos Antônio Mancuso mantém-se fiel à técnica que o seduziu aos 15: "No dia em que vi o professor Faria Vianna pintar uma aquarela, fiquei encantado. Não falei nada e comecei a estudar", relembra. Autodidata, acredita que essa técnica, na qual os pigmentos se encontram suspensos ou dissolvidos em água, expressa bem a sua personalidade. "A luz e a transparência me agradam. Na aquarela trabalha-se com a veladura da luz para a sombra. O papel é a luz maior e o pintor vai superpondo tonalidades até chegar à sombra. A aquarela tem transparência, é gestual, momentânea e direta."

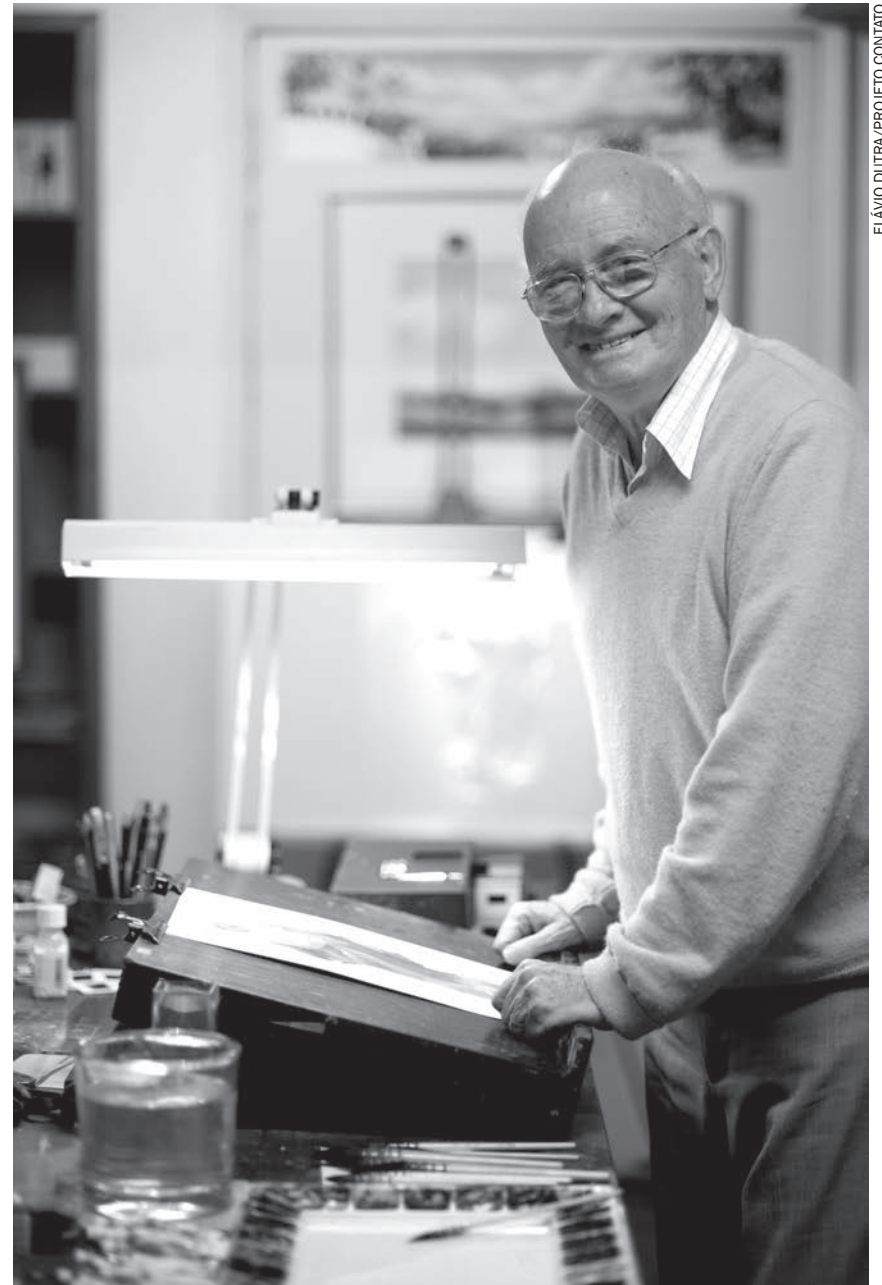
No amplo ateliê localizado no subsolo de sua casa na zona sul da capital, o artista passa os dias manejando pincéis e tintas em meio a uma profusão de telas. Ele prefere não trabalhar sob encomenda e, questionado sobre a sensação de vender suas pinturas, é direto: "Tenho o maior prazer que as pessoas venham e levem uma obra minha para casa. A arte tem de sair, tem de viajar".

**Pé de valsa** – Mancuso participou da primeira exposição coletiva aos 14 anos e aos 19 fez sua primeira mostra individual. Rapaz de origem italiana, bem-humorado e com cara de anjo barroco, ele fazia sucesso entre as moças. Pé de valsa, aos domingos costumava ir de ônibus aos bailes realizados em Gravataí e Morungava. Chegou a vencer dois concursos de tango e de valsa.

Convivendo há 60 anos com a esposa, Bety Therezinha de Lacerda, revela a receita para uma relação tão duradoura. "A Bety é muito tímida e quieta. Eu sou o agitado da dupla. Nosso primeiro encontro foi numa estação de trem, mas o namoro só engrunou mesmo quando eu e um amigo entramos de 'penetras' num baile do Country Club. Ela estava de branco e eu me encantei." O casal teve dois filhos, Ricardo e Eduardo.

**Reinventando o São Pedro** – Dois dos principais trabalhos de restauro em que Mancuso se envolveu foram as recuperações do Solar dos Câmara e do Teatro São Pedro. "Praticamente reinventei o teatro", recorda Mancuso, acrescentando que projetou inclusive as instalações elétricas e hidrossanitárias, criando até o desenho da calçada, construída em pedra portuguesa.

O desenho do teto do teatro, pintado a quatro mãos por ele, Léo Dexheimer, Plínio Bernhardt e Danúbio Gonçalves, foi ideia sua. "Primeiro fiz uma maquete, procurando quebrar aquele aspecto de roda de carreta e



FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTRIO

**"Existe o lado do útil, da matéria, e o lado da fruição, do prazer. A ciência é o útil, mas o significado da vida não está na utilidade. E sim no prazer, na alegria. Isso só a arte traz."**

criando divisões com entalhes no formato de folhagens e flores. Só utilizei flora e fauna do Rio Grande do Sul, com muitas azaleias. O São Pedro é bem gaúcho, em contraste com a decoração dos demais teatros brasileiros, que são todos estrangeiros." O problema das diferenças de estilo na pintura foi resolvido com a utilização de moldes em estêncil. "Quem olhar bem de perto vai notar as diferenças entre o trabalho de um e de outro", ressalta.

Mas o xodó do arquiteto é o imenso lustre, projetado por ele desde a estrutura de ferro até o desenho dos cristais de murano, importados da Áustria e da Alemanha. "A primeira coisa que fiz foi levar meus alunos de Arquitetura para dentro do São Pedro, a fim de que eles exercitassem sua capacidade de desenhar. Transformei aqueles nove anos de trabalho num grande laboratório."

**De aluno a mestre** – Sua relação com a UFRGS teve início em 1952, quando ingressou no curso de Belas Artes. Aluno de José de Francesco, João Faria Vianna e Ângelo Guido, encontrou neste último seu grande mestre. "Eu vivia lendo livros de história da arte. O professor Ângelo se encantou comigo

e acabou me escolhendo como seu assistente em 1957, logo depois que me formei. Assim que concluí o Belas Artes, ingressei no curso de Arquitetura, onde ele também era professor. A partir daí, a nossa parceria não terminou mais."

Em sala de aula, introduziu a arte brasileira, até então desprezada pela academia, e foi professor de História da Arte, misturando teoria, filosofia e estética. Aluno da quinta turma formada pela Faculdade de Arquitetura, considera que sua geração teve muita sorte. "Até então, todo mundo era engenheiro. Quando abri um escritório com meu colega Cláudio Araújo, comecei a trabalhar com arquitetura de interiores. Ninguém falava nisso, e havia somente dois ou três decoradores em Porto Alegre", comenta.

Aposentado há quase duas décadas, ele diz não sentir falta da Universidade: "Tive uma atuação muito forte e até hoje visito a escola, mas aquela época morreu e tenho consciência de que foi apenas uma etapa da minha vida. Fiz amizades incríveis e sempre acreditei no poder da afinidade entre professor e aluno".

Para ele, tudo no mundo é desenho: "A capacidade de graficar é fundamental para o artista, porque o desenho é, na verdade, a alma do objeto". Por isso acha que os programas de computador limitaram o espaço de atuação criativa dos arquitetos. "Hoje se quer fazer rápido, ganhar dinheiro, num processo puramente mecânico. E a culpa é em parte do MEC, das próprias universidades e da mentalidade vigente." Lembrando os ensinamentos de Santo Agostinho, Mancuso faz uma reflexão que sintetiza seu pensamento: "Existe o lado do útil, da matéria, e o lado da fruição, do prazer. A ciência é o útil, mas o significado da vida não está na utilidade. E sim no prazer, na alegria. Isso só a arte traz."



TEXTO E FOTOS **BEATRIZ FIRPO**

# Fachada reinventada

Cheguei lá de ônibus, depois de ter decidido na parada errada. Era o ano de 1986 e o dia da aula inaugural do curso de Agronomia no auditório do Prédio Central, uma edificação imponente, elegante, com fotos de alunos graduados distribuídas pelas paredes. E algo de decadente no ar.

Durante os seis anos de convívio com aquele prédio e com o curso de Agronomia, as fotos continuaram por lá, o “xerox” mudou de sala, descobri laboratórios, dirigi tratores, compreendi como manejar a natureza e que gostava de paisagismo e não de lavoura. Também aprendi pintura e fotografia e me dei conta de que estudar e trabalhar com recuperação de áreas degradadas – o que faço hoje – me completa. Ou seja, sou agrônoma.

O Prédio Central, a referência “física” da minha formação, é agora entregue à comunidade acadêmica reformado. As paredes têm nova cor, a biblioteca está longe de ser a mesma, o auditório mudou de lugar, afrescos foram descobertos, as fotos dos alunos graduados não estão mais lá e a fachada posterior do prédio é simplesmente outra: ali surgiram impressionantes panos de vidro que destacam frontões nunca “dantes” vistos, agora acompanhados por uma estrutura metálica com fechamento em madeira que moderniza todo o conjunto. Aliás, temo que aqueles frontões sempre tenham estado ali e eu é que não os tenha visto. Com a reforma, ganhou o curso de Agronomia, a UFRGS, a cidade e eu. Fico feliz.

